

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» ARGUMENTOS

Fabio Camargo foi beneficiado na eleição ao TC, diz decisão

Amanda Audi

O desembargador que rejeitou o pedido de Fabio Camargo para voltar ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC) afirma, em sua decisão, que houve falta de equilíbrio e outras ilegalidades no processo que elegeu Camargo para o cargo. A decisão de Ruy Cunha Sobrinho, do Tribunal de Justiça (TJ), foi publicada na quinta-feira.

Camargo foi afastado do cargo no fim de novembro, por decisão da desembargadora Regina Portes, que entendeu que a eleição foi ilegal em vários pontos.

Cunha Sobrinho descarta, um a um, os argumentos citados pela defesa de Camargo. Entre outros pontos, o magistrado afirma que não houve violação ao princípio da isonomia (igualdade perante a lei) com a decisão de afastá-lo do cargo por não entregar alguns documentos. E que a isonomia teria sido quebrada antes, quando membros de comissão que analisava candidaturas ao cargo, ainda na Assembleia Legislativa, teriam agido de forma diferenciada em benefício do então deputado estadual Camargo.

A comissão teria alertado Camargo a entregar os documentos que faltavam para a sua candidatura, enquanto outros candidatos receberam apenas uma mensagem por e-mail.

O número de votos recebidos por Camargo (27, embora o mínimo deveria ter sido 28) também é argumento citado pelo desembargador. A decisão foi encaminhada ao Órgão Especial do TJ, que pode modificá-la ou mantê-la.

ANULAÇÃO

A própria eleição de Camargo ao TC foi cancelada pela Justiça estadual esta semana. Na terça-feira, o juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou a anulação da eleição de Camargo para o TC – em outra ação que corre na Justiça.

Coluna do leitor

Eleição para o TC

"Que notícia maravilhosa! Vamos ver até quando dura a alegria dos honestos."

Marcelo Bueno da Silva, via Facebook, sobre o cancelamento da eleição de Fabio Camargo para o Tribunal de Contas determinado pela Justiça Estadual.

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Justiça recusa prorrogação de prisão de Marcos Michelotto

! A Justiça indeferiu ontem o pedido de prorrogação da prisão temporária do ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinícius Michelotto, afirmou o advogado de defesa, Rodrigo Sánchez Rios. Com isso, Michelotto estará livre a partir deste fim de semana. Na última quarta-feira, a Justiça negou o pedido de habeas corpus impetrado pelos advogados do ex-delegado. Ele está preso temporariamente desde terça-feira por uma operação deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Michelotto é suspeito de envolvimento em um esquema de exploração de jogos de azar. A investigação corre sob sigilo judicial. A decisão está disponível no site do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

14 DEZ 2013

» CASTRO

GAZETA DO POVO

Presos terão direito a banho de sol após um ano

Cento e vinte e seis detentos dividem um espaço onde cabem 38. Fuga motivou interdição de solário, que será reinaugurado no dia 16

Maria Gizele da Silva,
da sucursal de Ponta Grossa

Nove presos dividem uma "solitária" — cela escura e sem passagem de ar — na cadeia pública de Castro, nos Campos Gerais. Eles estão lá devido à superlotação da cadeia, que tem 126 presos num espaço onde cabem 38. Cinquenta detentos já estão condenados e poderiam estar no sistema penitenciário.

Os presos da solitária respondem por crimes sexuais e de violência à mulher. Por isso, ficam isolados dos demais para evitar brigas. O restante da cadeia tem acesso ao solário principal, mas os corredores da cadeia são estreitos e os detentos poderiam machucar os colegas que porventura fossem ao solário.

O problema para os que estão enclausurados será amenizado a partir do próximo dia 16, quando os detentos vão ganhar um solário próprio. Segundo o delegado Mário Sérgio Bradock Zacheski, os presos da cela especial estão há cerca de um ano sem tomar sol.

Fuga

O solário já existia e era usado em horários alternados pelas mulheres presas e pelos detentos da solitária. Porém, uma detenta conseguiu pular o muro do solário, que não tinha cobertura, e fugir.

O espaço foi interditado, mas a juíza Poliana Cunha fez um pedido de providências ao Ministério Público, que interveio junto ao Conselho da Comunidade e, através de recursos arrecadados pelos conselheiros, foram colocadas grades na cobertura do solário e uma tela para evitar arremesso de celulares aos detentos.

A cadeia de Castro tem duas solitárias. Uma delas foi desativada pelo delegado Bradock, que afirma precisar de uma cela reserva. "Agora, em vez em 'solitária' é 'comunitária' por causa do excesso de presos", ironiza o delegado. A juíza Poliana, no entanto, lembra que a prática é proibida por ser contrária aos preceitos dos direitos humanos.

A promotora Juliana Baron considera a situação da cadeia "degradante". Uma audiência pública foi realizada no último dia 9 para debater a situação da unidade. "A ideia agora é fazermos uma comitiva e irmos até os secretários estaduais para propormos um termo de ajustamento de conduta com relação à cadeia", comenta Juliana.

Após a audiência, seis transferências foram autorizadas para o mês de janeiro. A assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos informou que Castro tem gestão compartilhada com a Secretaria Estadual de Segurança Pública. No que se refere à transferência, há remoção sempre que há vaga disponível.

A meta, segundo a assessoria, é acabar com a superlotação com a construção e ampliação de 20 unidades que abrirão 6.670 vagas no sistema prisional no Paraná até 2015. Antes disso, conforme a juíza, se o problema persistir será feita a interdição da cadeia de Castro.

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

TRE publica cassação, mas prefeito fica no cargo

Acórdão com a cassação do prefeito Edgar Bueno, de Cascavel, foi publicado ontem, mas há divergência sobre o afastamento

CASCVEL

*Luiz Carlos da Cruz,
correspondente*

O acórdão com a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), que confirmou a sentença de cassação do mandato de Edgar Bueno e do vice Maurício Theodoro (PSDB) — respectivamente prefeito e vice-prefeito de Cascavel —, foi publicado ontem no Diário da Justiça. O documento determina ainda diplomar e dar posse ao deputado estadual Professor José Lemos (PT), segundo colocado na eleição do ano passado. Apesar da decisão da Justiça Eleitoral já estar valendo, o prefeito não foi afastado e ainda não há uma data certa para isso acontecer.

O motivo é uma aparente divergência entre o TRE e a Justiça Eleitoral em Cascavel, cidade no Oeste do Paraná. A assessoria de imprensa do tribunal informou que o cartório eleitoral da cidade é quem vai diplomar o prefeito, sem a necessidade de que haja uma notificação por parte do tribunal. Já o cartório da 68.^a Zona Eleitoral

afirma que depende de um documento expedido pelo TRE para retirar Bueno do cargo e dar posse a Lemos, o que não teria acontecido até as 18h30 de ontem.

O atual prefeito afirma que só deixa a prefeitura caso haja uma notificação. Para ele, “Lemos está entrando na prefeitura pela porta dos fundos”. Na manhã de ontem, ele abriu o gabinete à população, mas poucos moradores foram ao local.

Recusa

Na última quarta-feira, o TRE recusou os embargos de declaração apresentados por Edgar Bueno e mandou dar posse ao petista. A decisão é mais um capítulo no impasse político que a cidade vive desde o início de novembro, quando foi dada a primeira decisão para a cassação de mandato do atual prefeito pelo tribunal. Bueno é o vice são acusados de fraude eleitoral durante o segundo turno das eleições do ano passado.

O deputado professor José Lemos foi procurado para comentar o caso e informar sobre a perspectiva de uma data para a posse, mas não foi localizado. A informação de familiares é que ele passou a sexta-feira mantendo contatos com suas bases eleitorais na região.

GAZETA DO POVO

ALDO REBELO

Basta de violência

Em reunião com magistrados do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, a 13 de novembro, destaquei a necessidade e a urgência de serem efetivamente punidos com o rigor da lei os torcedores que praticam atos de violência nos estádios. O passado já autorizava a preocupação, mas o futuro forjaria uma realidade mais inquietante: 21 dias depois, torcedores do Atlético Paranaense e Vasco da Gama envolveram-se numa pancadaria de arquibancada com gana de guerra de extermínio.

Toda a passional beleza da disputa viril que se dá dentro do campo, esculpida na arte brasileira do jogo da bola, foi conspurcada por agressões movidas a ódio, socos e pontapés. Mais que brigar, torcedores de dois grandes clubes da melhor tradição do futebol pareciam querer se dilacerar mutuamente. Transmitidas exaustivamente pela tevê, as cenas universalizaram na noite de domingo um momento local de bestialidade.

A presidente Dilma Rousseff reagiu imediatamente, sublinhando que, tanto como de paixão, o futebol é um esporte de fraternidade e tolerância — e avançou sugerindo a criação de delegacias especializadas para cuidarem da prisão em flagrante e inquéritos que conduzam à punição dos arruaceiros.

O Brasil já dispõe de recursos institucionais para coibir e punir esses atos. O Estatuto do Torcedor, promulgado em 2003 e alterado em 2010, prevê no artigo 41-B pena de reclusão de um a dois anos para quem “promover tumulto, praticar ou incitar a violência” em eventos esportivos. Trata-se de cumprir a lei.

14 DEZ 2013

Passou da hora de reprimir com rigor e austeridade proporcionais esses atos que deslustram o futebol e prejudicam a imagem do país anfitrião da Copa de 2014. Por óbvio a violência não está restrita aos estádios, espraia-se por todos os cantos. Mas, por estar relacionada à paixão nacional e, por alguns, à Copa do Mundo, obtém repercussão superior à selvageria dos baderneiros que ultimamente vandalizam as ruas.

Felizmente, não atingimos o grau de selvageria a que chegaram anos atrás torcedores da Europa. Ainda dói em nossa memória a tragédia do estádio do Heysel, na Bélgica, no jogo da Taça dos Campeões de 1985, entre o Liverpool da Inglaterra e o Juventus da Itália, quando uma batalha de torcidas deixou nada menos que 38 mortos e inúmeros feridos — e ninguém foi preso.

Aldo Rebelo é ministro do Esporte.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Direitos
autorais
cobrados do
próprio autorDE OLHO
NO LEÃOJOSÉ ALEXANDRE SARAIVA
saraivaeadvogados@hotmail.com

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad) é um filhote da ditadura instituído nos bárbaros tempos da década de 1970. Por conta das polêmicas relacionadas com os critérios de distribuição das receitas arrecadadas, o órgão tem sido alvo de incessantes críticas de autores, compositores e intérpretes nacionais.

Tim Maia chegou a dizer que veio ao mundo para acabar com o Ecad. Ninguém sabe direito quanto o Ecad arrecada, mas todos são unânimes em dizer que ele distribui mal. De fato, vejam quantos músicos estão nos confins da miséria e quantos já morreram e só tiveram enterro digno graças aos amigos!

Ao longo desses aproximadamente quarenta anos, não obstante o fogo cruzado de expoentes da música brasileira, compreendendo uma CPI no Congresso Nacional e diversas iniciativas legislativas voltadas à extinção do Ecad ou sua radical reformulação, o escritório mantém-se cada vez mais vivo. A metodologia de cobrança do órgão possui as mais exdrúxulas facetas, como medir (apenas medir com uma trena) o espaço físico

de uma festa de aniversário para taxar o "ambiente", em nada interessando ao Ecad os títulos das obras executadas, muito menos os nomes dos autores, dos compositores e dos intérpretes. O resultado disso é que a distribuição do valor arrecadado entra num sistema de partilha nebuloso, gerando acirrados questionamentos. Indiretamente, favorece mais aos que menos precisam.

Música própria

A severidade imprimida pelo Ecad na sua política de arrecadação chega ao ponto de cobrar direitos autorais do próprio autor nos casos em que ele interpreta suas músicas. E o mais incrível é que essa temeridade encontra eco nos tribunais, como aconteceu em recente julgamento de um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conforme notícia veiculada no site daquele corte, foi decidido que o Ecad pode cobrar direitos autorais ainda que o intérprete seja o próprio autor das músicas executadas. Para o relator do recurso, ministro Luís Felipe Salomão, as figuras do autor e do intérprete não se confundem, de forma que o cachê pago pelos patrocinadores é distinto dos direitos autorais advindos da composição da obra musical.

O Ecad ingressou com recurso no STJ contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que considerou que a entidade não tinha interesse processual. A ação de cobrança foi proposta pelo Ecad contra um sindicato de Minas Gerais, em razão de eventos ocorridos nos anos de 2003 e 2004.

Cobrança dupla

O recurso ao STJ questionou decisão do TJMG que extinguiu o processo sem resolução de mérito, porque os shows haviam sido feitos pelos próprios autores das obras. O tribunal entendeu que o Ecad não tinha interesse para atuar no caso, pois os artistas já teriam concordado tacitamente com a exposição de seus trabalhos.

De acordo com o TJMG, haveria dupla cobrança pelo mesmo fato se o Ecad tivesse o direito de receber, mesmo quando os artistas já ganharam diretamente o cachê dos patrocinadores dos eventos. Embora algumas músicas executadas não fossem de autoria dos intérpretes, tais obras já estariam nos álbuns por eles comercializados, o que lhes daria o direito de divulgá-las de forma ampla, incluindo a execução em seus shows.

CONTINUA

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Didática da Justiça

A jurisprudência do STJ é no sentido de que o Ecad tem legitimidade para cobrar direitos autorais independentemente de prova de filiação do titular da obra à associação arrecadadora e da existência de proveito econômico. De acordo com o STJ, o autor pode cobrar diretamente seus direitos autorais, bem como doar ou autorizar o uso gratuito e dispor de sua obra conforme seu interesse. Quanto à possibilidade de haver a cobrança pelo Ecad quando o intérprete é o próprio autor das músicas executadas, o tribunal entendeu que a atividade criadora do artista está desvinculada da atividade laboral.

Segundo o relator, no caso das obras musicais, os direitos autorais englobam tanto os direitos dos compositores como os direitos conexos atribuídos aos intérpretes.

Interessante! Ele destacou que o fato gerador da ação de cobrança proposta pelo Ecad tem como conteúdo, no caso, o direito do autor, a proteção pelo trabalho intelectual na composição da obra, e não sua execução, que é fato gerador advindo da interpretação do artista no espetáculo.

Ou seja: música, maestro! Agora as suas músicas! Toque e pague!

GAZETA DO POVO

**Rosana
Félix**

A doação que vale um milhão

A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) decretar que é inconstitucional a doação de empresas nas campanhas eleitorais pegou muita gente de surpresa, mas o tema está sendo discutido há algum tempo. Em junho, o STF realizou audiência pública sobre o tema, e a grande maioria dos oradores inscritos se colocou contra o modelo atual, não apenas com seus argumentos, mas com dados.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.650 foi proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2011. A Procuradoria-Geral da República deu parecer sobre o assunto em julho deste ano, pela procedência da ação.

Portanto, não é justo criticar os ministros do STF por “ativismo judicial” ou interferência nas questões do Legislativo. Especialistas da área política e jurídica já se mostraram favoráveis ao fim do financiamento privado da forma como é feita hoje.

Do outro lado do debate, os defensores do sistema atual argumentam que qualquer cerceamento é um atentado contra a democracia, e que todos têm o direito de participar do processo político. O Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), na audiência pública sobre o tema, ressaltou que as empresas pagam impostos, têm responsabilidade social e por isso têm legitimidade para participar do processo político.

Entretanto, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no julgamento da ação, ressaltou que “pessoas jurídicas não têm relação com o exercício da cidadania”. Ou seja: limitar a participação de empresas não tem nada a ver com desrespeito à liberdade de expressão ou atentado contra a democracia. “Nada impede que pessoas jurídicas se manifestem em espaço público, que se organizem em torno de seus legítimos interesses

14 DEZ 2013

e que busquem exercer legítima pressão sobre os representantes do povo”, defendeu Janot.

Bilhões

Ainda mais interessante do que os argumentos jurídicos são os dados econômicos e análises científicas sobre o financiamento feito pelas empresas.

Para começar, podemos pegar como exemplo o custo, para a campanha eleitoral à prefeitura de Curitiba. Será que existe alguma justificativa plausível para que as despesas dos candidatos tenham aumentado 77% em quatro anos? Era realmente necessário elevar os gastos de R\$ 17,4 milhões em 2008 para R\$ 30,8 milhões em 2012?

O “inflacionamento” eleitoral é observado em todo o Brasil e foi tema da audiência pública realizada em junho no STF. Geraldo Tadeu Monteiro, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), levou dados que mostram que, nas eleições de 2002, foram gastos R\$ 798 milhões e, nas eleições de 2012, R\$ 4,5 bilhões. Ou seja: um aumento de 471%.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 DEZ 2013

Vantagens

As empresas fazem doações apenas pelo interesse em contribuir com a democracia? Pode até ocorrer, mas o fato é que se torna muito vantajoso colaborar financeiramente com os candidatos.

Um trabalho apresentado em 2011 no Kellogg Institute for International Studies, vinculado à Universidade Notre Dame, nos Estados Unidos, mostrou que as empresas que em 2006 doaram recursos para deputados federais do PT eleitos tiveram um incremento em contratos públicos na proporção de 8,5 vezes o valor doado.

A situação se repete com outros partidos. Na dissertação de mestrado "Contribuições de campanha e contratos estaduais", o pesquisador Eric Akira Fuzitani levantou dados das eleições de 2006 para deputados estaduais em oito estados brasileiros.

O estudo concluiu que é esperado que as empresas doadoras de campanha tenham um retorno de R\$ 1 milhão em contratos estaduais durante o mandato dos deputados. Isso se torna muito vantajoso na medida em que a doação média feita pelas empresas girou em torno de R\$ 13 mil.

Tendo em mãos esses números, fica difícil defender a manutenção da situação atual.

INFLAÇÃO ELEITORAL

Em quatro anos, o custo da campanha para prefeito em Curitiba subiu 77%:

| | 2008 | 2012 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Número de candidatos | 8 | 7 |
| Gasto total dos candidatos | R\$ 17,4 milhões | R\$ 30,8 milhões |

Fonte: TSE

Oportunidade perdida

14 DEZ 2013

Em vez de se reinventar, o PT, em seu 5º Congresso Nacional, repete os ataques à imprensa e ao STF e segue prestigiando seus mensaleiros

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores, em seu artigo 231, prevê os casos em que membros do partido serão expulsos. O inciso II diz que será expulso quem for considerado culpado de “inobservância grave dos princípios programáticos, da ética, da disciplina e dos deveres partidários”, um conceito um pouco subjetivo, especificamente no que se refere à ética. Mas o inciso XII é mais objetivo: a legenda expulsará quem tiver “condenação por crime infamante ou por práticas administrativas ilícitas, com sentença transitada em julgado”. Seria o caso dos presidiários mensaleiros. No entanto, em vez de expulsos, José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares estão sendo homenageados no 5.º Congresso Nacional do PT, iniciado na quinta-feira.

Na manhã de ontem, houve um ato de desagravo aos mensaleiros condenados, com a participação de parentes de Dirceu, Genoíno e Delúbio e do deputado João Paulo Cunha — ele mesmo um dos condenados, e que aguarda o julgamento de um recurso. Foram distribuídos adesivos pedindo a anulação do julgamento, e todos os discursos batiam na mesma tecla, a da inocência dos mensaleiros. O presidente da legenda, Rui Falcão, permaneceu na plateia, mas disse à imprensa que o partido continuará apoiando manifestações de solidariedade a seus membros presos. “Já lançamos recentemente alguns documentos falando do caso. Se militantes quiserem fazer mais atos como esse, nós daremos a oportunidade”, avisou.

Falcão nem precisava mesmo ter discursado ontem. Na abertura do congresso, anteontem, já deu seu recado. “Ninguém pode se arvorar no direito de nos dar lição de ética.

Ninguém pode se arvorar no direito de nos ensinar qual o verdadeiro sentido da política. Ninguém pode se arvorar no direito de nos ensinar o que significa justiça social. Mas nós, sim, podemos e devemos dar uma lição permanente, a nós mesmos, de renovação, autocrítica e de avanço”, disse, diante da presidente Dilma e do ex-presidente Lula. Pior ainda: Falcão atacou o Supremo Tribunal Federal, ao chamar o julgamento do mensalão de “tsunami de manipulação”.

Dilma preferiu não falar do mensalão e se limitou a enaltecer feitos de seu governo, como o programa Mais Médicos. Mas Lula não se conteve. Logo depois de ter dito “não falarei da Ação Penal 470 enquanto não terminar a última votação”, criticou a imprensa. “Se for comparar o emprego do José Dirceu no hotel com a cocaína no helicóptero, o que a gente percebe é que houve uma desproporcionalidade na divulgação do assunto”, afirmou. Obviamente Lula não ignora que a cobertura do escândalo do helicóptero do senador José Perrella teve ampla divulgação, e que o caso do emprego oferecido a José Dirceu em um hotel merecia, sim, a divulgação que teve, ainda mais depois que foi revelado o laranjal que envolve a propriedade do Hotel St. Peter e as ligações entre o governo e o “dono” que ofereceu a Dirceu o emprego de R\$ 20 mil mensais. Mas, para Lula, como para Rui Falcão, toda a cobertura sobre os petistas será sempre exagerada, enquanto toda a cobertura sobre os demais políticos nunca será suficiente. Imprensa boa, para Lula e Falcão, é aquela em que petistas só aparecem para receber elogios, enquanto os adversários só recebem críticas.

CONTINUA

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Lula ainda mostrou uma percepção um tanto distorcida da realidade econômica do país, ao afirmar que “não tem nenhum país com mais responsabilidade fiscal entre os emergentes”. O homem que, ainda durante seu período na Presidência, disse que o Democratas devia ser “extirpado” da política brasileira, voltou a usar metáforas belicosas para se referir às eleições do ano que vem. “Você tem de se preparar que vai ser uma guerra”, disse a Dilma, mostrando que, para ele, na política não há adversários contra quem se disputam cargos e com quem se debatem projetos para o país, mas inimigos que precisam ser eliminados.

Críticas ao Supremo Tribunal Federal, ataques à imprensa livre, intolerância em relação aos que estão do outro lado do espectro político, defesa de criminosos condenados: é nisto que se transformou, infelizmente, o 5.º Congresso Nacional do PT. Uma legenda com tanta penetração e militância poderia dar uma contribuição positiva ao Brasil, mas que, em vez de fazer a autocrítica e renovação pedidas (da boca para fora, claro) por Rui Falcão, prefere, a julgar por sua cúpula e pelos gritos de guerra dos delegados presentes ao evento, se manter apegada a ideologias ultrapassadas e ao ataque às instituições democráticas.

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Tribunal cassa aposentadoria do ex-juiz Lalau

O ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, teve a sua aposentadoria cassada pelo plenário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região. Lalau foi condenado pela Justiça por seu envolvimento no escândalo de desvios de dinheiro da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. Para cassar a aposentadoria de um juiz, é necessária a abertura de processo administrativo no qual são consideradas as condenações judiciais. Lalau teve a primeira condenação definitiva em abril deste ano, 14 anos após o surgimento do escândalo. O ex-juiz foi sentenciado a uma pena de nove anos de prisão por lavagem de dinheiro e ao pagamento de multa de R\$ 600 mil. Ele já recebeu outras condenações que, somadas, chegam a 48 anos de prisão. Desse total, 14 anos já prescreveram. Lalau foi condenado por crimes como peculato, estelionato e corrupção passiva. Em setembro do ano passado, a Justiça da Suíça autorizou a repatriação de US\$ 6,8 milhões que estavam bloqueados, desde 1999, na conta do juiz aposentado.

Pimenta

“O que eu tenho pedido é o seguinte: Diga, ministro Joaquim Barbosa, o que foi que eu desviei. Ele não diz. Sabe por que ele não diz? Porque não tem.”

João Paulo Cunha, deputado condenado a nove anos de prisão no processo do mensalão, desafiando o presidente do STF.



14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» SOLIDARIEDADE

Advogada monta banquete para moradores de rua

MARINGÁ

Gesli Leontina,

correspondente em Maringá

¶ A mesa é farta. Tem bolo formigueiro, salgadinhos assados e fritos, biscoito recheado, frutas, sucos e refrigerante. Na parede, um cartaz: "Este é um carinho natalino para você que está sem condições de ter uma mesa posta! Sirvasse! Feliz Natal". A ação foi criada há dois dias na Rua Neo Alves Martins, no Centro de Maringá, no Noroeste do estado, por uma advogada que prefere o anonimato.

"Queria proporcionar um momento bonito", diz a boa samaritana. O trabalho foi possível graças à ajuda dos funcionários do escritório onde ela trabalha. Eles fazem a reposição dos alimentos duas vezes ao dia. "Vi uma 'senhorinha' parando. Tomou o lanche e seguiu. Senti vontade de chorar. A intenção se cumpriu", comenta.

Na rua, admiração. A mesa foi montada em frente a uma imobiliária. Silvio R. Iwata é um dos sócios, conta que, no primeiro dia, os moradores de rua ficaram receosos. Mas logo depois se serviram. "O que

chama a atenção é que os mendigos só pegam o que vão comer, não levam nada com eles.

14 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Wilson de
Araújo Bueno**

Produção cinematográfica: o sim de Priscilla e Oscar Henrique

Há momentos que eternizam, como o casamento de Priscilla Passos Almeida e Oscar Henrique Reis Borba, realizado no dia 7, último sábado. A cerimônia civil e a bênção religiosa tiveram como cenário o address dos pais do noivo, Neuza dos Reis e Ailton Borba, no Jardim Social, igualmente palco da inesquecível recepção. Das inspiradas palavras da juíza Dionila Porto Alegre, declamando tocante poema, ao texto bíblico em que o apóstolo Paulo exalta a supremacia do amor, com a fluência e locução devidas do pastor Daniel Torres, tudo enlevou e sensibilizou os privilegiados convidados. Mãe da noiva, a dócil Ulda Passos Almeida era a própria emoção, na cerimônia harmonizada por um quinteto de cordas, clarins, na sequência embalada com a animação do DJ Fabio Dutra. A produção da festa, um banho de bom gosto, eficiência, em todos os itens, acrescentava pontos à arquiteta Viviane Tabalipa. Naquele feérico cenário de lustres, espelhos venezianos, deslumbrantes arranjos florais, leia-se Magnólia Flores, um dos capítulos era a monumental mesa de antepastos, que de tão espetacular remetia à aplaudida cenografia do filme *A Festa de Babette*, inesquecível produção do cinema dinamarquês. Com justiça, nota máxima para o Buffet D'Luccys, que grifou aquelas delícias, incluindo os pratos quentes. Loas, também para os doces de Veri Fragoso. Naturalmente bela, a noiva vestia criação do estilista Julyo Borck, de inspiradas linhas românticas, acrescentando-lhe elegância e glamour.



Adriana Winter com Dirce e o desembargador Luís Keppen.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

REGINA KRACIK TEIXEIRA

Juízes. Ah, os juízes

ARTIGO

REGINA KRACIK TEIXEIRA,
professora e jornalista.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Muda-se o ser, que se aperfeiçoa. Muda-se a confiança. Todo mundo é composto de mudanças, tomando sempre por rumo novas qualidades." Esse verso de Camões parece-me apropriado ao que vem acontecendo. Por que este abismo entre juízes e cidadãos? Senhores juízes, toda uma sociedade implora: trabalhem, despachem, resolvam! Ao que me conste, um juiz trabalhar, exarar sentenças e fazer despachos não passa de sua obrigação, pela qual, aliás, é muito bem pago em salários e benefícios. Todos temos prazos a cumprir em nossos trabalhos. Só os juízes não têm prazo para nada.

Para que não me interpretem mal, esclareço que admiro e respeito a honrada categoria de juízes decentes, que tornam-se tão ou mais escassos que a população dos miocos-leões dourados ou das ararinhas azuis. Porém, seria falso negar a indignação que decorre da constatação do quanto os maus juízes podem, ardilosamente, dispor da vida dos outros, sem a menor cerimônia.

Ruy Barbosa escreveu: "Que a coroa da Justiça esteja mais alta que a coroa dos reis. E seja tão nobre e Imaculada como a dos santos". É, dr. Ruy, ainda bem que o senhor não está aqui para ver. Nem todos são maus na Justiça e os que sobram, em sobeja maio-

ria, conseguem matar advogados, destruir famílias, exterminar crenças, destroçar esperanças. Pois a sentença da Justiça, dr. Ruy, quando chega depois de anos e anos, mesmo que vitoriosa, chega fria, tardia, frouxa, vazia, e deveria vir acomodada em esquife, porque gélida como um cadáver. E assim, como na vitória do fracasso, as famílias e as histórias se perdem e nada, absolutamente nada, se resolve.

Perdoe-me por incomodar seu descanso eterno, dr. Ruy, mas é só para relatar-lhe o que tenho assistido pasma. "Bacharelepípedos" formam-se em qualquer faculdadezinha (as temos nestes tempos aos milhares) com diplomas adquiridos em suaves prestações, o que por aqui denomina-se mensalidade. Depois, fazem cursinhos caríssimos para passar no sério exame da OAB. E aí, mais um cursinho para a carreira de juiz. São mocinhos que, sem vivência nem maturidade, determinam nossas vidas.

Para ilustrar: presenciei dia desses, pelo processo do inventário de meu pai, que já dura uma década e meia, um rapazinho com gel nos cabelos espetados, mangas da camisa dobradas e braços tatuados. Era o juiz. Sem qualquer constrangimento, disse: "Comecei há pouco tempo e nem li estes autos, mas como estão todos aqui vamos realizar a audiência assim mesmo". Isso é conduta de juiz? Em seguida, disse que precisaria ler os autos e marcou a audiência para sete meses depois.

Sou professora universitária de Ética e Legislação do Jornalismo, tendo começa-

do como monitora pelas mãos do saudoso dr. João Féder. Em qualquer empresa, funcionários são punidos ou premiados por rendimento, capacidade, produtividade e competência. Mas quem fiscaliza a conduta dos juízes? É a Corregedoria, claro, desde que sejam denunciados pelos advogados.

Outro caso: como cidadã, e não como jornalista, agendei por telefone uma visita a uma juíza, pois não compreendia a demora para um simples despacho. Lá, um assessor desdenhado me perguntou: "Será que a senhora não sabe que juiz só fala com advogado?" Expliquei que havia agendado. Ele alegou de nada saber e deixou claro que "gente comum juiz não atende". Saí dali lamentando profundamente, por mim e por toda a sociedade produtiva, que paga o salário da juíza e deste servidor. Lamentei por receberem polpudos soldos de nós, gente comum.

Um terceiro caso de arrepiar: partes e testemunhas estavam na sala havia mais de 30 minutos, quando adentra, pedindo "escusas pela demora, fruto do excesso de trabalho", uma juíza de chinelos, com dedos separados por algodões e tremendo cheiro de esmalte fresco. Com roupas informais e segurando uma caneca de chá com figurinhas do Mickey e Minnie, avisou que fôssemos breves, pois ela tinha um casamento para ir. Perguntou o mínimo, ouviu menos ainda e alegou que precisava estudar melhor o processo, marcando nova audiência para 11 meses depois. Na saída, vimos a manicure uniformizada com sua frasqueirainha.

CONTINUA

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Como de maus juízes tudo se espera, rogaria ao dr. Ruy e a Deus, este sim com poder sobre as pessoas, que na esfera da justiça houvesse mais dignidade, respeito e, sobretudo, vergonha na cara.

Os fatos relatados me lembram uma obra que li: *O homem medíocre*. Um trecho: "No verdadeiro homem medíocre, a cabeça é um simples adorno. Nenhum homem é excepcional em todas as suas atitudes. Mas não se poderia apenas definir como medíocres os que não se sobressaem em nenhuma. Os medíocres desfilam diante de nós como simples exemplares de história natural, com o mesmo direito dos gênios. Já que existem, é preciso estudá-los".

A obra é de José Ingenieros (1877-1925), médico, catedrático, psiquiatra, filósofo e sociólogo, bem-sucedido em seus domínios. Pode-se dizer que o autor desmascara os mais funestos defeitos morais que impedem a formação de ideais e o enobrecimento da vida: a rotina, a hipocrisia e o servilismo. É, caros leitores, alguns de nossos juízes seriam pratos cheios para excelentes psiquiatras.

Meu pai, João Régis Fassbender Teixeira, escreveu as seguintes palavras no prefácio de obra de minha autoria: "É tempo que os homens do mundo tenham certeza que o diálogo está acima, até do amor. Não sobrevive quem não dialoga, quem não se entende. 'Lebret' dizia, com propriedade, que dois terços da humanidade não dormem porque têm fome; um terço desta mesma humanidade também não dorme... com medo dos que têm fome". E acaba ninguém dormindo.

As batalhas da esperança, da fé, já estão polimorfas, gélidas, em esquifes, com sentenças mortas de tanto esperar pela Justiça dos Homens, restando para estes maus juízes o acerto final de contas de todas as suas omissões e Inconseqüências, lá em cima, pois o bom Deus, que tudo fez, faz e vê, haverá de conceder finalmente a sentença e o despacho final, que cada omissor mau juiz merece. E que assim seja.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Em cinco anos, Assembleia cria dois imbróglios nas eleições do TC

Anulação judicial da escolha de Fabio Camargo teve um precedente em 2009, quando Maurício Requião deixou o tribunal um ano depois de ter sido eleito

■ A poucos dias do encerramento dos trabalhos legislativos, a Assembleia do Paraná vai fechar o ano com mais uma pendência sob os ombros envolvendo o Tribunal de Contas do Estado (TC). Cinco meses depois de eleger Fabio Camargo, a Casa viu uma série de idas e vindas judiciais afastar o ex-deputado do cargo de conselheiro do TC. Situação semelhante ocorreu em março de 2009, quando Maurício Requião também teve de deixar o posto por supostas irregularidades no pleito que o elegeu para o TC.

Além dos imbróglios jurídicos formais, as duas eleições foram cercadas de polêmicas políticas desde o início. Fabio, por exemplo, foi afastado do TC por decisão do Tribunal de Justiça (TJ), que entendeu que ele não apresentou a documentação necessária à Assembleia para disputar a vaga e re-

cebeu “tratamento diferenciado” dos colegas deputados em relação aos demais concorrentes. Além disso, a Justiça Estadual de 1.ª instância anulou a eleição do ex-parlamentar, sob a alegação de que o número de votos que ele recebeu era insuficiente para uma vitória em primeiro turno.

Fora isso, a Procuradoria-Geral da República também já pediu o afastamento de Fabio. O inquérito 950 tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e investiga suposto tráfico de influência que teria sido praticado pelo pai de Fabio, o desembargador Clayton Camargo, então presidente do TJ, para ajudar a eleger seu filho para o TC. Pouco depois da eleição, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou um procedimento para apurar a suspeita de que Clayton teria cometido tráfico de influência para ajudar a eleger Fabio. Quase ao mesmo tempo, o STJ também abriu um inquérito para investigar o caso.

Caso antigo

Tão polêmica quanto a eleição de Fabio Camargo, o caso de Maurício Requião já se arrasta há quase cinco anos. Depois de ser eleito em julho de 2008, ele foi afastado do cargo por força

de uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele considerou ilegal a nomeação porque o processo eleitoral foi iniciado antes da aposentadoria efetiva do ex-conselheiro Henrique Naigeboren. Além disso, o ministro entendeu que a indicação para o TC, feita quando Roberto Requião (PMDB), irmão de Maurício, era governador, caracterizaria nepotismo. Por fim, pesou também o fato de a votação na Assembleia ter sido aberta, ao contrário do que ocorre no Congresso.

Diante desses fatos, o Legislativo estadual anulou o pleito que elegeu Maurício, com um aval do Executivo assinado pelo governador Beto Richa (PSDB) e pelo então procurador-geral do Estado, Ivan Bonilha. Na nova eleição realizada, o próprio Bonilha foi o vencedor. Por meio de um mandado de segurança no TJ, a defesa de Maurício tenta anular esse ato.

CONTINUA

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMPARAÇÃO

Casos de Camargo e Maurício Requião são diferentes, diz Rossoni

Responsável por convocar uma nova eleição no caso de Maurício Requião, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), tem reafirmado que vai aguardar que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça julgue o mérito do caso envolvendo Fabio Camargo antes de tomar qualquer medida. Alegando que a Casa "não pode se precipitar", o tucano diz que acatará a decisão que a Justiça tomar. "Mas gostaríamos muito de fazer uma nova eleição. Ficaria muito bom para a Assembleia", afirma. Rossoni também vem procurando se defender das críticas de que agiu de forma distinta no caso de Maurício Requião, que é de um grupo político adversário, ao convocar uma nova eleição mesmo sem uma determinação judicial para fazê-lo. Segundo o parlamentar, as situações são diferentes. Ele argumenta que "houve vício de origem" à época, uma vez que a eleição foi aberta antes mesmo da cadeira de conselheiro, então ocupada por Henrique Naigeboren, estar formalmente vaga. "Além disso, tem a questão do nepotismo", diz o tucano.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

OLHO VIVO

Décimo-terceiro

Não há lembrança de que, em passado recente, o Paraná tenha se visto na contingência de só poder pagar o funcionalismo com dinheiro emprestado. Em 2013, sim: o 13º salário vai ser depositado na undécima hora graças à liberação da primeira parcela de R\$ 116 milhões do financiamento de R\$ 815 milhões emprestados pelo Bird para programas sociais.

Zumbis

O ex-deputado Fabio Camargo está prestes a fazer par com o ex-secretário Maurício Requião, ambos "zumbis" do Tribunal de Contas. Afastado da cadeira de conselheiro do TC, a Assembleia elegeu Ivan Bonilha para o seu lugar, mas Maurício ainda luta para recuperá-la na Justiça. Com Camargo pode se dar o mesmo: também afastado por decisão judicial, pode ser logo substituído por outro conselheiro eleito – mas, como o colega de infortúnio, certamente ficará indefinidamente vagando por corredores dos tribunais à espera que lhe devolvam a vaga.

**Notas
Políticas**

Em baixa ↓

Fabio Camargo

Nesta semana, o Tribunal de Justiça rejeitou o pedido de Fabio Camargo para voltar ao cargo de conselheiro do TC, e a Justiça estadual de 1ª Instância determinou a anulação da eleição que o elegeu para o cargo.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

A estratégia do escracho

Que a Justiça em nosso país está caprichando em protagonismos midiáticos, não há dúvida. Um exemplo é a data escolhida pelo ministro Joaquim Barbosa para decretar a prisão dos mensaleiros mais ilustres: um feriado no fim de semana. Afinal, era a data da República e o gesto inédito de mandar altos dirigentes políticos do partido dominante para a cadeia tinha uma clara significação republicana. Outros episódios são totalmente desnecessários e banalizam as opiniões de pessoas que deveriam — por uma questão de recato profissional — se reservar para falar “nos autos”, sem correr o risco de más interpretações e manipulações de suas opiniões. Mas essas coisas são apenas gravetos lançados à fogueira das vaidades.

Ainda no caso do mensalão, os protestos indignados dos condenados e de seus partidários políticos soam como comparações espúrias e descabidas: os condenados, por exemplo, se declaram presos políticos em um país em pleno exercício das liberdades e garantias civis, tendo sido julgados por juízes majoritariamente indicados por governantes que lhes são simpáticos. Ao mesmo tempo, o deputado João Paulo Cunha, aquele mesmo que mandou a esposa a uma agência bancária em Brasília para arrecadar R\$ 50 mil e mentiu declarando que ela havia ido ao banco pagar uma conta de celular, se compara a Nelson Mandela (que não deve ter se dado ao trabalho de se revirar no caixão pelo absurdo da coisa) como vítima de um Estado iníquo. Isso é parte do *jus esperneandi* e ponto final.

Sério, muito sério mesmo, é o episódio da prisão de dois delegados de polícia pelo órgão investigativo do Ministério Público do Paraná, o Gaeco, por motivos aparentemente injustificáveis. Digo “aparentemente” em benefício da dúvida, pois o Gaeco não se deu ao trabalho de declarar publicamente, com mínima exatidão, a razão de se chegar às 6 da manhã com grande aparato na casa de pessoas que não são criminosos procurados ou na iminência de fuga. A invocação do “segredo de Justiça” e a

alegação vaga de que se tratava de “proteger as investigações em curso” tem um inevitável odor de *vendetta* corporativa. Ora, as investigações a que se refere o Gaeco têm dois anos e — de novo aparentemente — não experimentaram nenhuma reviravolta dramática com a descoberta de fatos escabrosos nos últimos tempos. O que se sabe, pela imprensa, é que se trata ainda da invasão de uma casa no Parolin onde se praticava jogo ilegal de caça-níqueis. A não ser que a tavolagem tenha sido transformada em crime hediondo, ou que no Paraná bicheiros e afins tenham tomado o caminho dos seus colegas cariocas e se envolvido com crimes de sangue e com o tráfico de drogas, não há justificativa para tanta truculência. Quanto à exploração da prostituição no local, trata-se também de uma infração “datada”, como está na moda se dizer; a vetusta profissão resiste bravamente aqui e ali, mas, em vez de invadir aparatosamente casas de supostos envolvidos, por que não fazer algo mais simples e barato: transitar em algumas ruas do Centro, onde até outdoors são utilizados para promover as meninas da casa? Ou acessar a internet, onde a oferta de garotas e garotos de programa, sem disfarces, tem escala industrial?

Carlos Lacerda, com sua invencível inteligência demolidora, disse certa vez que a polícia do estado da Guanabara, que ele governava, não iria perseguir prostitutas e cafetões porque o sexo era o único setor da atividade humana em que o amorismo iria derrotar o profissionalismo mais cedo ou mais tarde. Em português claro e inequívoco: prender alguém, macular sua vida pessoal e profissional para sempre como sócio de proxenetas ou bicheiros, e refugiar-se atrás do segredo de Justiça para não explicar à sociedade por que e para que está cometendo esse ato extremo é pura e simplesmente adotar a estratégia do escracho, o desrespeito mais flagrante aos direitos civis de alguém, um ato de mera arrogância e truculência de que as instituições do Estado civilizado têm obrigação de preservar todos seus cidadãos a qualquer custo.

Belmiro Valverde Jobim Castor é professor de doutorado em Administração da PUCPR

GAZETA DO POVO

Veríssimo

Embrutecimento

Sabe qual foi a primeira coisa que eu pensei vendo aqueles animais trocando socos e pontapés no estádio, chutando a cabeça de “inimigos” caídos e só não se matando por falta de armas, salvo pedaços de pau? As lutas de *ultimate fighting* na tevê. Nada a ver, eu sei. Uma coisa é um espasmo coletivo de irracionalidade, outra é o enfrentamento de dois lutadores preparados, com força equivalente e regras estabelecidas. O que aproxima as duas coisas é a estupidez. A mesma estupidez que parece dominar essa assustadora arena de insultos e ameaças que é a internet e que, cada vez mais, no Brasil, também domina o debate político e jornalístico, em que termos como “idiota” são muitas vezes os mais suaves que se ouve ou que se lê. O clima é de embrutecimento generalizado. Chutes na cabeça, reais ou figurados, são legitimados pelo clima.

15 DEZ 2013

Falemos, pois, das amenidades restantes. Da Fernanda Lima no sorteio das chaves para a Copa, por exemplo. Da sua simpatia, da sua competência, do seu inglês perfeito, do seu decote. Não sei se já nasceu o movimento “Fernanda Lima 2014”, com vistas à próxima eleição presidencial, mas me parece uma iniciativa natural. Já elegemos uma mulher para a Presidência da República, o próximo passo lógico seria eleger um mulherão. Onde é que eu assino?

Formidável, também, foi o cara que se apresentou para interpretar para surdos os discursos em homenagem ao Mandela e, literalmente, não sabia o que estava dizendo. Inventou uma linguagem de sinais própria, uma espécie de paródia da linguagem verdadeira, e teve seus minutos de glória internacional ao lado dos oradores. Dizem que ele só foi descoberto porque alguns surdos protestaram, não tinham entendido nada dos discursos. Um chegou a dizer que não podia afirmar com certeza, mas achava que o falso intérprete tinha, sem querer, insultado a sua mãe.



Diário de um estado que brado

Nas últimas semanas, os problemas de caixa do governo do Paraná vieram à tona, prejudicando serviços prestados à população e paralisando obras públicas. Houve falta de pagamento a fornecedores e empreiteiras, polícia com telefone cortado e viaturas sem manutenção, e até ambulância parada por falta de combustível. A administração estadual alega que os problemas decorrem da demora da União na liberação de empréstimos. Enquanto os gestores não se entendem, quem fica no prejuízo é a população. “Lastimavelmente, o cidadão paga seus tributos, mas não recebe serviços, por uma falha na gestão estratégica. É preciso verificar o que é importante, prioritário, e garantir os serviços de saúde, segurança e educação”, avalia o consultor em gestão pública Sir Carvalho. Confira a seguir como as finanças estaduais evoluíram neste ano e os problemas observados em algumas áreas essenciais:

Rosana Félix

CONTINUA

JUSTIÇA

O Conselho de Direitos Humanos do Paraná afirma que tem apenas R\$ 5 mil em caixa e que o órgão terá de "fechar as portas" caso não receba mais verba. De acordo com Paulo Pedron, um dos integrantes do conselho, a União já fez o repasse de R\$ 700 mil ao governo do estado, mas este ainda não liberou o dinheiro. Entre as iniciativas afetadas está o programa de proteção às testemunhas. "São pessoas que entregaram a vida para nós cuidarmos, para ajudar a dismantelar o crime organizado. Mas não há dinheiro para mantê-las", afirmou. O conselho pretende levar o caso à Assembleia Legislativa na segunda-feira.

SEGURANÇA

Viatras da Polícia Militar deixaram de atender ocorrências entre 20 e 21 de novembro porque a conta do telefone não havia sido paga. Os atendentes da central 190 até recebiam as chamadas, mas não podiam efetuar ligações para avisar os policiais. O policiamento também está sendo prejudicado pela falta de pagamento às empresas responsáveis pela manutenção da frota: dezenas de viaturas estão paradas em oficinas. "Não são apenas as empresas que são prejudicadas. Esses carros parados fazem falta nas ruas", observa o presidente do Sindicato das Empresas de Reparação de Veículos (Sindirepa), Wilson Bill.

15 DEZ 2013

HABITAÇÃO

Famílias com expectativa de se mudar para um conjunto do PAC Habitação em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, terão de ter mais paciência. Segundo informações da Caixa Econômica Federal, a obra está atrasada porque a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) não fez a contrapartida financeira necessária para o término da obra. A Cohapar confirmou o atraso no pagamento e que ele será normalizado nos próximos dias.

SAÚDE

No último dia 5, menos da metade das ambulâncias do Siate em Curitiba saiu às ruas. O motivo: falta de combustível. "Ainda não tivemos nenhuma situação grave, pois o Samu acaba atendendo as chamadas", diz o presidente do Sindicato dos Socorristas do Paraná, Roberto Alexandrino da Silva. Um paliativo, já que a orientação é que o Samu atenda apenas casos de emergência clínica. Traumas e acidentes são responsabilidade do Siate. "Em alguns municípios, não há nem ambulância", diz a dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Elaine Rodella. Ela diz que levará o assunto para o Conselho Estadual de Saúde.

SUBSÍDIOS

O atraso do governo estadual em repassar R\$ 10 milhões em subsídio para o transporte público da Rede Integrada de Transporte (RIT) foi questionado publicamente pela prefeitura de Curitiba na última semana. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) informou que a parcela de R\$ 5 milhões referente a outubro foi depositada, e que o restante só será pago no fim deste mês. Segundo os dados oficiais, o governo manteve suas obrigações com os municípios e fez os repasses de contribuições, mas reduziu o montante destinado às prefeituras para investimentos.

OUTRO LADO

A secretária da Fazenda do Paraná, Jozélia Nogueira, afirma que as dificuldades financeiras decorrem da iniciativa de o governo estadual priorizar investimentos. "Nós nunca tivemos no Paraná, e isso é fato, dinheiro para investimento. O que se fez: se liberou para que se cumprissem as metas, esperando que o dinheiro dos empréstimos [federais] viesse para ressarcir. O atraso nos empréstimos gerou o déficit do custeio porque nós usamos o dinheiro do custeio para as obras – de presídios, escolas, postos de saúde, hospitais e mesmo outras obras", afirma.

CONTINUA

OBRAS

Não é possível estimar quantas obras estão paralisadas no estado por causa de atrasos nos repasses – as empreiteiras, para evitar problemas com o governo, evitam dar informações sobre o assunto. Mas, em Curitiba e região, pelo menos três obras do PAC da Copa pararam: o corredor Marechal Floriano Peixoto; o corredor Aeroporto–Rodoviária; e a Avenida da Integração, em Pinhais. Também há paralisação de obras na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DETALHAMENTO DAS CONTAS

Pelo menos no papel, as finanças estaduais não estão em situação tão complicada:

| | | Valeores em R\$, jan-nov 2013 | Varição em relação a jan-nov 2012 |
|--|--|-------------------------------------|---|
|  Receitas/Despesas Apesar das dificuldades em vários serviços, as despesas pagas pelo governo do Paraná evoluíram menos do que as receitas: | Receitas | 31,0 bi | +11%  |
| | Despesas | 23,8 bi | +9%  |
| | | | |
|  Pessoal Entre as despesas com pessoal, o custo da folha caiu, o gasto com terceirizações aumentou: | Pessoal e encargos sociais | 10,9 mi | -9%  |
| | Locação de mão de obra | 196 mi | +17%  |
| | | | |
|  Custos Houve redução de alguns gastos de custeio, mas em algumas situações isso foi prejudicial, como no corte de telefones da polícia: | Pedágios | 46 mil | +142%  |
| | Passagens aéreas | 7 mi | +22%  |
| | Combustíveis e lubrificantes | 28 mi | +9%  |
| | Água e esgoto | 43 mi | +1%  |
| | Genêros alimentícios | 16 mi | -3%  |
| | Telefonia | 31 mi | -5%  |
| | Fotocópias | 6 mi | -5%  |
| | Material de consumo | 216 mi | -8%  |
| | Passagens terrestres | 2 mi | -27%  |
| | Energia elétrica | 42 mi | -36%  |
|  Investimentos Os investimentos diretos aumentaram, mas o auxílio para outros entes investirem caiu: | Aplicações diretas | 690 mi | +120%  |
| | Transferência à municípios | 29 mi | -22%  |
| | Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos | 10 mi | -45%  |
| | | | |
|  Dívidas A amortização da dívida continua comendo uma boa parte dos recursos, mas o Estado economizou na aquisição de imóveis: | Amortização da dívida | 633 mi | +5%  |
| | Aquisição de imóveis | 4 mi | -96%  |

Observação: Valores nominais. Fonte: Gestão do Dinheiro Público. Infografia: Gazeta do Povo.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Promessa era demitir mil servidores comissionados; por ora só foram 81

Em setembro, Richa anunciou o corte dos cargos para economizar. Mas levantamento da **Gazeta do Povo** mostra que a meta ainda está longe de ser cumprida

Guilherme Voitch

Um mês e meio depois de entrar em vigor, a Lei Estadual 17.744/13 — que previa a extinção de mil cargos comissionados no governo do Paraná para economizar R\$ 48 milhões por ano — teve pouco resultado prático até agora. Levantamento da **Gazeta do Povo** nos Diários Oficiais revela que, desde então, foram demitidos apenas 81 comissionados — servidores indicados politicamente, que não precisam passar por concurso.

As exonerações ficaram diluídas entre diversas secretarias e órgãos do governo — entre elas, Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Justiça, Iparde, Paraná Turismo, Fundo Estadual de Saúde e Iapar.

Polêmicas

O corte dos cargos foi anunciado pelo governador Beto Richa (PSDB) no fim de setembro; a aprovação pela

Assembleia ocorreu em outubro. Pelo discurso governista, a medida teria dois objetivos: diminuir as despesas com a folha de pagamento do governo e valorizar o servidor de carreira. Para isso, seriam criadas mil gratificações, com valor entre R\$ 933 e R\$ 7.725, para os funcionários efetivos que passassem a desempenhar o trabalho dos comissionados demitidos — a chamada função de gestão pública (FG).

A proposta de extinção dos cargos comissionados, porém, causou polêmica já ao ser apresentada na Assembleia. O texto encaminhado ao Legislativo não especificava exatamente quais funções comissionadas seriam extintas. Pressionado, o governo informou que a maioria dos cortes ocorreria na Saúde, Educação e Administração.

Durante a tramitação do projeto, o governo admitiu ainda que cerca de 400 cargos já não estavam ocupados — o que significa que as demissões chegariam a no máximo 600. A oposição questionava ainda se haveria economia, até mesmo porque as mil novas gratificações poderiam comprometer o que seria poupado com as demissões. Na prática, porém, apenas 14 servidores foram agraciados com a gratificação.

que levou à criação da lei tem retardado sua implantação: as dificuldades de caixa. Por estar muito próximo do limite máximo de gastos com pessoal definido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Executivo tem dificuldade para promover servidores de carreira para cargos de chefia ou gerenciamento ocupados pelos comissionados — o que exigiria o pagamento das gratificações. Sem fazer promoções dos funcionários efetivos, o Palácio Iguazu também pisa no freio para promover as exonerações dos comissionados. O risco seria de haver problemas de gestão por falta de gente qualificada.

Oficialmente, porém, o governo diz ter exonerado 150 servidores — mais do que o levantamento da **Gazeta do Povo** nos Diários Oficiais. Mas o Executivo admite que mesmo esse número está bem distante do total previsto na lei.

Segundo o governo, as exonerações estão sendo feitas “gradualmente” e mais comissionados devem ser demitidos nas primeiras semanas de 2014.

CONTINUA

Círculo vicioso

O governo paranaense in forma que o mesmo motiv

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 DEZ 2013

600 COMISSIONADOS

serão efetivamente demitidos se o governo cumprir a lei na íntegra. Isso porque, dos mil cargos em comissão a serem extintos, cerca de 400 já não estão ocupados.

150

servidores comissionados é quanto o governo paranaense diz ter demitido. O número é maior do que o levantamento da **Gazeta do Povo**, feito nos Diários-Oficiais.

14

servidores de carreira ganharam a gratificação criada na mesma lei que extingue as funções comissionadas.

Governo espera fechar o ano com alívio financeiro

O governo do Paraná espera fechar 2013 abaixo do limite prudencial de gastos com pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Até agora, o limite foi extrapolado em cinco dos oito quadrimestres da atual administração estadual. Nesse período, o estado ficou proibido de criar cargos, conceder aumentos e pagar horas extras, entre outras proibições.

O ano de 2013 tem sido o mais complicado para o governo. No resultado dos primeiros quatro meses do ano, o Paraná gastou 48,77% da receita líquida com despesas de pessoal. O limite máximo previsto pela LRF é 49%. Atingida essa marca, o estado deixa de receber transferências voluntárias da União e não pode contrair empréstimos, por exemplo.

Distante apenas 0,23% desse percentual, o governo apertou os cintos, ex-

“A lei é insuficiente para promover o ajuste do gasto com pessoal, como pode agravar ainda mais a situação do estado.”

Tadeu Veneri (PT), deputado estadual, crítico do mecanismo de extinguir mil cargos e de criar mil gratificações.

tinguiu secretarias e promoveu um pente-fino nas contas públicas, revendo diversos contratos com fornecedores. Faltando duas semanas para o fim do ano, o Palácio Iguaçu está confiante nos seus indicadores e espera fechar o ano abaixo dos 46,55%.

Com isso, estaria apto a conceder mais gratificações para servidores efetivos — o que permitiria que eles fossem promovidos para ocupar as funções de comissionados, que seriam demitidos.

Críticas

A oposição ao governo estadual, porém, critica a falta de transparência prevista na lei que criou as gratificações. O deputado Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia, afirma que o texto não especifica em qual nível se dariam as promoções por meio das novas gratificações. Em teoria, todas poderiam ser feitas no valor máximo (FG-1), resultando em um gasto anual de R\$ 118,6 milhões.

O deputado faz uma comparação entre os valores absolutos dos cargos extintos e as funções criadas. O maior cargo extinto (DAS-1) tem salário de R\$ 6.564,03, enquanto o maior valor de função de gestão pública criada (FG-1) é de R\$ 7.725,00, valor 17,68% maior.

O mesmo se observa na base da tabela. Enquanto o menor valor de cargo extinto, o de simbologia 15-C, é de R\$ 855,05, o valor da menor função de gestão pública criada (FG-24) é de R\$ 933,00 — 9% acima do cargo extinto. “A lei é insuficiente para promover o ajuste do gasto com pessoal, como pode agravar ainda mais a situação do estado”, diz Veneri. (GV)

A mão que fecha a torneira

15 DEZ 2013

Nomeada para a Secretaria da Fazenda em outubro, Jozélia Nogueira é a responsável pelo aperto de cintos do governo estadual

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Falta dinheiro no caixa estadual e sobram notícias sobre os efeitos do cobertor curto: ambulâncias sem combustível, carros da polícia parados em oficinas, obras paralisadas. Resultado de problemas que se somam desde a década passada, o cenário faz parte de um plano emergencial iniciado há dois meses para controlar as contas paranaenses. A mão que fechou a torneira na tentativa de colocar o orçamento no lugar tem dona: a secretária estadual de Fazenda, Jozélia Nogueira.

“É momento de economizar, de readequar, de cortar”, cita a advogada, que teve uma curiosa ascensão em 2013. Sem apoio político e em tom de protesto, disputou a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em julho. Dois meses depois, entrou para o primeiro escalão da gestão Beto Richa (PSDB) como procuradora-geral e, em outubro, tornou-se a primeira mulher a comandar a Fazenda estadual.

Jozélia ocupou a vaga de Luiz Carlos Haully, um dos políticos mais experientes do Paraná e que está no sexto mandato de deputado federal pelo PSDB. Em uma hora e meia de entrevista, na quarta-feira passada em Brasília, evitou críticas diretas ao antecessor. Mas descreveu a primeira sensação ao assumir o posto como “um susto muito grande”.

“Chegamos a um momento em que tínhamos de parar tudo para analisar a situação e traçar decisões e metas de como adequar essa questão”, descreve. A “questão” a qual a secretária se refere foi provocada, basicamente, por dois fatores desencadeados bem antes de ela assumir o cargo: o crescimento dos gastos com pessoal e a dificuldade em conseguir a liberação de R\$ 3,3 bilhões em empréstimos.

Procuradora de carreira do estado desde 1990 e procuradora-geral entre abril de 2007 e janeiro de 2008, no último mandato de Roberto Requião (PMDB), ela descreve um retrato antigo sobre os problemas com a folha de pagamento do estado. Na avaliação dela, por uma questão “ideológica”, Requião fez uma caça às terceirizações no estado. “O problema é que ele não fez concurso para a grande maioria das vagas que ficaram abertas. E isso ficou como legado para o Beto Richa.”

A pressão orçamentária teria começado com o fim do Paraná Educação, decisões judiciais que determinaram a realização de concursos na área de saúde e pela necessidade de reposição de policiais. Depois veio a sucessão de aumentos. Segundo ela, o salário médio dos funcionários públicos estaduais chegou a uma média atual de R\$ 6 mil. “A folha está pesada e eu não tenho o que fazer. Não tenho como reduzir, não tenho como mandar embora.”

Do outro lado, o rombo no custeio começou por uma falha de previsão em torno do recebimento dos empréstimos. Jozélia diz que o governo fez uma análise de que os recursos, que envolvem sete negociações diferentes e todas dependentes do aval da União, começariam a entrar no orçamento em 2012. “O atraso nos empréstimos gerou um déficit porque nós usamos o dinheiro do custeio para as obras.”

CONTINUA

“Ainda não tive coragem de chamar os fornecedores [que estão com pagamentos atrasados] e firmar os compromissos porque eu ainda não tenho os empréstimos liberados.”

Jozélia Nogueira,
secretária estadual da Fazenda.

CONTINUAÇÃO

A luz no fim do túnel, segundo ela, começou a despontar na semana passada com a assinatura do contrato de empréstimo de US\$ 350 milhões (R\$ 815 milhões) do Banco Mundial. Pelas contas de Beto Richa, cerca de 20% desse valor (R\$ 160 milhões) podem reembolsar em curto prazo obras que já foram concluídas pelo governo. Outro reembolso, de pelo menos R\$ 190 milhões, sairia do empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil, dentro do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste).

Lançado em julho de 2012 como uma iniciativa de combate à crise financeira internacional, o Proinveste ofereceu um total de R\$ 20 bilhões em financiamentos aos estados. Todos tiveram acesso ao recurso, menos o Paraná (a expectativa é que a liberação saia ainda em dezembro). “Quando o governador me convidou para assumir a procuradoria, ele queria entender tecnicamente os entraves técnicos dos empréstimos”, diz a secretária.

Ao contrário de Haully, ela evita mencionar uma suposta perseguição política do governo federal. Também foge de promessas sobre uma data de pagamento aos fornecedores prejudicados pelos cortes. “Ainda não tive coragem de chamar os fornecedores e firmar os compromissos porque eu ainda não tenho os empréstimos liberados.”

Mesmo quando o dinheiro dos financiamentos chegar, Jozélia fala em austeridade. “Estou apertando o cinto e obrigando as secretarias a adequar as suas contas. É como na vida pessoal de todos nós: eu tenho contas que eu tenho que pagar e outras que eu sei que terei que pagar no futuro.” Para 2014, ela dá sinais de que vai manter a torneira bem vigiada.

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Secretária pediu demissão ao vivo na televisão

Em janeiro de 2008, Jozélia Nogueira decidiu se demitir do cargo de procuradora-geral da maneira mais pública possível: divulgou uma carta na internet e anunciou a decisão ao vivo, no telejornal Paraná TV. Foi uma resposta na mesma moeda ao então governador Roberto Requião, que horas antes a havia criticado publicamente, na frente de jornalistas. Na época, Jozélia orientou a direção da TV Educativa a cumprir uma decisão da Justiça Federal que impedia a transmissão da Escolinha de Governo, comandada por Requião às terças-feiras. O governador não aprovou a orientação.

“Ou entregava o cargo ou me tornaria alguém que poderia ser desacetada a qualquer momento”, justifica. Após a decisão, tirou seis meses de licença e saiu pelo país fazendo cursos e dando palestras sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Mestre em Direito de Estado, Jozélia participou da primeira leva de gestores treinados pelo Ministério

do Planejamento, em 2000, para atuar como multiplicadora da LRF. Na última década, ela ajudou a formar pelo menos 100 auditores fiscais por ano em cursos da Escola de Administração Tributária do Paraná.

Nascida e criada em Campo Largo, na região metropolitana, Jozélia começou a trabalhar aos 15 anos, como professora. Aos 18, passou no concurso público para auxiliar judiciária do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Aos 24, um ano depois de se formar pela então Faculdade de Direito de Curitiba, ingressou na procuradoria do estado.

Em comum nas passagens pelo primeiro escalão dos governos Requião e Richa, há a pouca relação prévia com ambos. Nenhum deles conhecia Jozélia a fundo, apenas por referências de terceiros. No caso de Requião, do ex-presidente do TJ José Antonio Vidal Coelho, e no de Richa, do irmão e secretário estadual de Infraestrutura, José Richa Filho.

Antes de aceitar os convites, Jozélia, atualmente com 49 anos, disse que teve conversas similares. “Falei a mesma coisa para eles: sou técnica, não sou política, não sei fazer política e também não gosto de política.” (AG)

15 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Fraude no IFPR já chega a R\$ 11 milhões

Investigação da Polícia Federal (PF) aponta o empresário Alexandre Souza de Azambuja, conhecido como o “Eike do Sul”, como o principal articulador das fraudes no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Desmantelado pela Operação Sinapse, o esquema já consumiu R\$ 11 milhões, quase o dobro do estimado no início da ação. Análise da PF nos diários secretos de Azambuja mostra participação ativa do empresário na venda de notas fiscais e distribuição de dinheiro. Azambuja e outros cinco acusados — entre eles, dois servidores — estão presos desde agosto. Outros 12 envolvidos já foram soltos.

Os desvios ocorriam em convênios para a oferta de Ensino a Distância (EAD) firmados com duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). As organizações eram contratadas para atuar nos cursos e superfaturavam valores e emitiam notas frias. A PF diz que R\$ 4,2 milhões foram economizados desde o começo da operação, em 8 de agosto.

Os servidores que permanecem presos são José Carlos Ciccarino e Ricardo Herrera, antigos responsáveis pelo EAD no instituto. Além de Azambuja, sócios das Oscips, Ibepoteq e ABDES, também continuam na cadeia, bem como o representante de uma gráfica suspeita.

Os diários, aos quais a reportagem teve acesso, foram retirados do computador de uma das empresas de Azambuja, a Templars Trust Investimentos. Segundo os relatos do empresário, feitos de 2010 a 2012, ele elaborava documentos, como termos de parceria, superfaturava notas e distribuía dinheiro dos convênios como propina. A aproximação de Azambuja com o IFPR se deu pelo Ibepoteq, mas ele chegou a ter senha do e-mail corporativo de um dos servidores do IFPR.

O advogado Miguel Rasbold defende que Azambuja, seu cliente, não cometeu crimes. “Ele foi funcionário da Ibepoteq e é tão envolvido quanto qualquer um que trabalhou lá”, disse. Além de Ciccarino e Herrera, há um professor citado e a PF indica “envolvimento” do ex-reitor do IFPR, Alípio Leal Neto.

O ex-reitor não esteve entre os presos. “Não fui citado na denúncia nem chamado a depor”, disse ele. Os diários ainda apontam que o filho dele fora empregado de Azambuja. O servidor nega e diz que o filho foi estagiário na Ibepoteq. Um dia depois da operação ter sido deflagrada, Alípio Neto pediu exoneração do cargo de secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO
**Imóveis e obras
nas sedes de órgãos
públicos já
consumiram
R\$ 197 mi**



Obras no Tribunal de Justiça do Paraná: edital deve ser retomado em janeiro.

Sem manutenção e espaço para abrigar funcionários e equipamentos, prédios do Legislativo, Executivo e Judiciário realizam reformas polêmicas

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 DEZ 2013

Taiana Bubniak

As sedes dos principais órgãos públicos localizadas em Curitiba passaram por reforma, compra de imóveis ou modernização, nos últimos anos. O valor investido nas obras e aquisições de edifícios para abrigar setores da administração pública foi de pelo menos R\$ 197 milhões, de acordo com levantamento da *Gazeta do Povo*. Em dois anos, foram pelo menos seis grandes obras ou entregas — na Câmara dos Vereadores de Curitiba, no Centro e em prédios que compõe o conjunto do Centro Cívico/

As reformas e aquisições de prédio foram justificadas pela falta de espaço ou pelo fato de os prédios serem antigos e terem ficado muitos anos sem manutenção. A reforma do Palácio Iguazu, entre 2006 e 2012, foi a primeira grande intervenção no imóvel desde a sua inauguração, em 1954.

Muitas obras estão envolvidas em suspeita de polêmicas sobre superfaturamento, atrasos e necessidade de recursos extras para finalização. Exemplo disso foram as reformas nos gabinetes da Assembleia Legislativa, a desapropriação de um antigo hotel pela Procuradoria Geral do Estado e a compra de um prédio comercial pelo Tribunal de Justiça no Paraná (TJ-PR).

Tribunal de Justiça

Em setembro desse ano, uma reforma proposta pelo TJ-PR foi questionada. O órgão lançou edital para obras no prédio principal do Judiciário paranaense, a custos estimados em R\$ 79 milhões. O edital foi publicado enquanto Clayton Camargo

comandava o órgão. O desembargador foi afastado e Paulo Vasconcelos, que o substituiu interinamente, revogou o documento. O edital foi retomado quando Camargo voltou ao cargo, mas logo em seguida ele pediu aposentadoria e renunciou à presidência. Na época, o próprio TJ admitiu que o edital fora revogado para evitar falhas na concorrência.

Em setembro, a *Gazeta do Povo* veiculou reportagem sobre irregularidades na publicação do edital. O documento disponível na internet não mostrava, em detalhes, o que seria reformado no prédio do tribunal. Na época, especialistas avaliaram que as medidas dificultavam o acesso ao edital e geravam suspeitas sobre o processo licitatório.

Também em setembro, documentos obtidos pela *Gazeta do Povo* mostraram que o então presidente teria ignorado pareceres do corpo técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA), do próprio TJ, durante a formatação da licitação da reforma.

De acordo com a assessoria de imprensa do TJ, os projetos referentes à reforma foram reavaliados. O sistema de ar condicionado que será instalado foi substituído e também foi cortada a construção de um estacionamento subterrâneo. Em nota, o TJ informou que o novo edital para licitação da obra já está finalizado e existe a previsão de retomada da licitação em janeiro de 2014.

OUTRA OBRA

TC quer prédio novo no valor de R\$ 40 mi

A sétima obra de grande porte em órgãos públicos prevista é a reforma e ampliação do prédio anexo à sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC-PR). Em fase de licitação, a empreitada pode custar até R\$ 40 milhões e prevê a construção de um novo prédio de nove andares, ao lado do atual. De acordo com o edital, a obra é necessária por falta de espaço nas instalações atuais para acomodar funcionários e equipamentos. Além de novos gabinetes e auditório, também estão previstas mais vagas de estacionamento.

A sede e o prédio anexo do TC-PR abrigam cerca de 670 funcionários. O prédio principal é menos funcional, onde estão instalados o plenário, capela, hall de entrada e o refeitório. O anexo tem seis andares e é onde ficam os gabinetes dos servidores do órgão. O Tribunal não se pronuncia sobre a obra, uma vez que o processo licitatório ainda está em andamento. (TB)

GONTINUA

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MÃO NA MASSA

Entenda as reformas e aquisições feitas pelo Poder Público nos últimos anos

EXECUTIVO ESTADUAL

Desapropriação de hotel

➤ A Procuradoria Geral do Estado desapropriou um prédio onde funcionava um hotel de luxo, no bairro São Francisco. A aquisição foi liberada pela Assembleia Legislativa no final de 2012 e foram gastos R\$ 25 milhões. Depois de reforma, o prédio se tornou a sede do órgão.

Reforma do Palácio Iguaçu

➤ O prédio histórico foi desocupado em 2007 e a reforma levou cinco anos. A inauguração foi em janeiro de 2012 e toda a obra consumiu R\$ 32 milhões, 38% a mais do que o valor previsto inicialmente, que era de R\$ 23 milhões. Além do estouro no orçamento, a reforma da sede do governo também gerou discussão entre arquitetos e urbanistas, que acusavam o governo de realizar mudanças indevidas no projeto original.

LEGISLATIVO ESTADUAL

Reforma no prédio da AL

➤ A reforma dos gabinetes dos deputados estaduais entre 2012 e 2013 consumiu R\$ 1,1 milhão, sem contar a compra de itens como móveis e equipamentos de informática.

JUDICIÁRIO Anexo do TJ-PR

➤ A construção do prédio anexo ao Tribunal de Justiça foi finalizada e entregue em 2011. Foram gastos R\$ 48 milhões. A obra foi alvo de suspeita, mas votação do CQNJ, na época, definiu que não havia irregularidades no processo.

Novo edifício

➤ O TJ-PR comprou um imóvel comercial no Alto da Glória, para ser uma das sedes do órgão. O então Edifício Essenfelder passou a se chamar Palácio da Justiça – Sede Mauá e custou R\$ 90,7 milhões aos cofres públicos. A desapropriação gerou polêmica, pois há anos a seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) vem alertando sobre os problemas da atual sede do Fórum Cível e pressionando pela construção de um novo espaço.

LEGISLATIVO MUNICIPAL Palácio Rio Branco

➤ A reforma do Palácio Rio Branco, prédio histórico que integra a Câmara de Vereadores, foi estimada em R\$ 1,2 milhão. Foram dois anos de trabalho, entre outubro de 2010 e abril de 2012.

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

1,3 mil presos esperam vaga no regime semiaberto

Há hoje no Paraná 1.330 detentos condenados a cumprir penas no regime semiaberto e que, por falta de vagas nesse sistema, estão presos em regime fechado. No país, estima-se que sejam 30 mil pessoas nessa situação. Elas não tiveram o mesmo benefício concedido aos condenados do mensalão. Considerada ilegal por especialistas, a situação é resultado do baixo investimento na estrutura para o cumprimento da pena.

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

No PR, 1.330

presos cumprem pena em situação irregular

Falta de estrutura e de investimentos faz com que condenados sejam obrigados a trocar o regime semiaberto pelo fechado

Diego Ribeiro

■ No sistema penitenciário do Paraná, há 1.330 detentos condenados em regime semiaberto cumprindo pena em regime fechado. Desses, 464 estão presos nas delegacias superlotadas. A falta de vagas no semiaberto é um problema nacional — estima-se que existam 30 mil presos nessa situação. Salva-se apenas quem pode pagar uma boa defesa, como parte dos mensaleiros condenados. Quem não tem recursos padece. Especialistas dizem que as falhas estão associadas à falta de investimentos para reestruturar o sistema penitenciário e ao atraso cultural na forma como o encarceramento é conduzido no país.

“Sujeitar uma pessoa a um regime mais severo do que aquele a que ele foi condenado é totalmente ilegal e inconstitucional. Fere o princípio da individualização da pena”, afirma o advogado criminalista e professor

da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Adriano Bretas. Para ele, além de prejudicar a ressocialização do condenado, a prática implica risco judiciário e financeiro ao estado. “Pode-se abrir margem para indenização por prisões indevidas”, avalia.

O último levantamento nacional do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), realizado em dezembro de 2012, mostra um déficit nacional de pelo menos 23.155 vagas no semiaberto. Estima-se que o número beire os 30 mil atualmente. “O problema assola o país de forma geral. Em alguns casos, os tribunais têm concedido liberdade quando os estados não têm a estrutura adequada, mas isso quando o condenado tem dinheiro [para uma defesa]”, explica o professor de Processo Penal da Unibrasil, João Rafael Oliveira.

Para ele, o cenário só dificulta mais a ressocialização no Brasil. “Esse quadro causa um impacto mais forte na possibilidade de reinserção, que é raro acontecer no país com todas as garantias constitucionais. Assim, como está hoje, é quase impossível”, ressalta.

Solução

Na avaliação de Oliveira, a solução do problema passa pela ampliação das varas de execuções penais, com um trabalho mais efetivo das defensorias públicas. “Os mutirões carcerários vieram em boa hora, mas apenas apagam o incêndio, não resolvem o problema”, comenta. Ele acredita ainda que é preciso ampliar a aplicação de penas alternativas para outros crimes e não restringi-las a casos de menor potencial ofensivo, uma transformação na cultura de aprisionamento.

Para o vice-presidente do Conselho Penitenciário do Paraná, Dálio Zippin Filho, melhorar a agilidade da Justiça também é necessário. Segundo ele, movimentando os presos com progressão de regime, eleva-se o número de vagas e se dá chance à ressocialização de mais pessoas.

CONTINUA

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VERBA PARADA

A lentidão para criar vagas é consequência direta da escassez de recursos. Atualmente, segundo a Seju, há R\$ 1,5 bilhão estacionado no Fundo Nacional Penitenciário (Funpen). De acordo com a ONG Contas Abertas, menos da metade dos recursos do Funpen foram usados nos últimos 12 anos. Em 2012, apenas 11,6% dos R\$ 791 milhões do FNP autorizados em orçamento foram pagos. Menos que isso foi aplicado em construção de estabelecimentos penais no país.

FALHA NA EXECUÇÃO PENAL

A falta de vagas no regime semiaberto é hoje um dos principais problemas do sistema penitenciário nacional. Não é diferente no Paraná, que já conseguiu reverter um quadro que era mais alarmante nas delegacias. Atualmente, o estado tem 1.330 condenados em regime semiaberto cumprindo pena em regime fechado.

Presos condenados a regime semiaberto

| | No Sistema penitenciário em colônias penais | Em delegacias |
|------|---|---------------|
| 2008 | 2.158 | 1.882 |
| 2009 | 2.478 | 1.862 |
| 2010 | 2.967 | 2.006 |
| 2011 | 1.894 | 3.092 |
| 2012 | 2.445 | 2.015 |
| 2013 | 2.344 | 464 |

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

TORNOZELEIRAS

A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju) tem tentado licitar, desde 23 de abril deste ano, as tornozeleiras eletrônicas para presos saírem em regime semiaberto e aberto no estado. O equipamento possibilita um rastreamento do detento em caso de fuga. Apesar da tentativa, uma série de ações na Justiça está bloqueando o processo. Mesmo com atraso, o governo estadual pretende entrar no próximo ano com as tornozeleiras compradas.

Recurso no STF poderá aliviar sistema

O Recurso Extraordinário 641320, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser um instrumento para aliviar o problema da falta de vagas no sistema penitenciário nacional. De relatoria do ministro Gilmar Mendes, o recurso ainda não tem data para ser julgado, mas já passou por debate em diversas audiências públicas durante o ano. O processo discute a possibilidade de o preso cumprir pena de regime domiciliar caso não exista vaga em regime semiaberto. O recurso deve ter repercussão geral, ou seja, deverá ser cumprido em todos os tribunais caso seja aprovado no plenário do STF.

Outra possibilidade de mudança está na reforma da lei de execução penal. Uma comissão de juristas entregou ao senado um documento final que deverá subsidiar as discussões entre os senadores. Em forma de anteprojeto de lei, o documento apresenta quase duzentas alterações à legislação vigente (Lei 7.210/84), que é de 1984. A relatora da comissão é a secretária de Estado da Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes.

Entre as mudanças na lei, a comissão sugeriu medidas que inibem a superlotação nos estabelecimentos penais. A ideia é que seja regulamentada a lotação máxima de oito pessoas para cada cela. Caso seja verificada a superlotação, será obrigatória a realização de mutirão carcerário para antecipação de benefícios. (DR)

CONTINUA

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

GLOSSÁRIO

Entenda as diferenças entre os regimes prisionais existentes no país:

CONTINUAÇÃO

ESTRUTURA

Secretaria promete criar mais 1.389 vagas em 2014

O estado do Paraná tem hoje cinco unidades de regime semiaberto, num total de 2.344 vagas. A promessa da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos é de que, em 2014, sejam criadas mais 1.389 vagas. De acordo com a pasta, estão sendo licitadas até o próximo dia 20 a construção de 20 estabelecimentos penais. Seis deles são para regime semiaberto. Maria Tereza destaca ainda que reduziu a superlotação carcerária no estado em mais de 60% desde 2011. "O Paraná é um dos estados que tem reduzido o déficit. Estamos diminuindo gradativamente", diz.

Regime aberto

Os condenados cumprem a pena em albergues, normalmente. São locais previstos na lei de execução penal que deveriam ser adequados para os presos passarem as noites e os fins de semana. Neste regime, o preso tem o direito de passar o dia fora. A responsabilidade de retorno é totalmente do condenado, pois não há vigilância de carcereiro.

Semiaberto

Muitos confundem este regime com o aberto, mas neste caso não é possível, em teoria, o preso sair durante o dia e voltar apenas à noite. O regime semiaberto deve ser cumprido em colônias penais agrícolas ou industriais. Os presos podem trabalhar nestes locais. Excepcionalmente, com autorização judicial, é possível realizar convênios com empresas que empregam os presos e realizam trabalhos específicos nestas unidades. Em outros casos, os presos trabalham durante o dia fora, em razão da falta de estrutura do estado referente às colônias penais.

Regime fechado

É o regime mais rigoroso no país. Os presos ficam confinados em um estabelecimento penal, as penitenciárias. Eles têm direito a banho de sol e estão sempre sob a supervisão dos agentes penitenciários.

R\$ 22 MIL

é o custo para "construir" uma vaga em regime semiaberto no Brasil, em média. O custo do detento para o estado, por mês, é de R\$ 2 mil.

16 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Após cinco dias preso, ex-delegado-geral da Polícia Civil é liberado

O ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinícius Michelotto, foi liberado às 00h01 de ontem. O policial foi preso na última terça-feira, depois de uma operação deflagrada pelo Gaeco. Ele é suspeito de envolvimento em um esquema de exploração de jogos de azar. A investigação corre sob sigilo judicial. De acordo com seu advogado de defesa, Rodrigo Sánchez Rios, o ex-delegado foi solto porque venceu no último sábado o prazo da prisão temporária que cumpria. Na sexta-feira, a Justiça havia negado o pedido de prorrogação de sua prisão. As investigações foram motivadas por uma operação realizada em janeiro de 2012.

Agenda

Hoje

➤ A Assembleia vota proposta do Tribunal de Justiça que aumenta o teto do Funrejus. A alíquota de 0,2% foi mantida, mas o teto da contribuição subiu de R\$ 817,80 para R\$ 1.822,88.

Contabilidade criativa

O Supremo Tribunal Federal (STF) inflou o número de beneficiários de seu plano de saúde para receber mais recursos do governo federal. Segundo reportagem do jornal *O Globo*, o STF informou à Secretaria de Orçamento Federal que o plano, STF-Med tinha entre 6,1 mil e 6,7 mil nos últimos três anos – quando, na verdade, esse número não passaria de 4,2 mil, de acordo com o levantamento do jornal. A diferença significa um acréscimo de, em média, R\$ 5,4 milhões anuais nos passes. O STF informa que o erro já foi corrigido para o orçamento de 2014.

BESSA

O que era ouro...

A imprensa carioca noticiou que a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro determinou a realização imediata do leilão de todos os bens arrecadados, inclusive pedras preciosas, da joalheria Natan, que está em recuperação judicial. Fundada em 1956 pelo empresário Natan Kimelblat, a marca chegou a ter 11 lojas espalhadas pelo país, uma delas em Curitiba – primeiro no Shopping Mueller e depois no Crystal.

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Confirmado prazo de renovação locatícia

16 DEZ 2013

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G. A. HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

O Superior Tribunal de Justiça por sua Terceira Turma acaba de confirmar que renovação de contratos de locação comercial tem como limite o prazo de 5 anos.

A Lei do Inquilinato prevê aos inquilinos de imóveis comerciais a possibilidade de ajuizar a chamada ação renovatória de contrato de locação. Referida ação é de suma importância, pois é o único meio de garantir a renovação do contrato e, por consequência, assegurar a permanência do lojista no ponto comercial.

A ação renovatória tem como objeto a renovação compulsória do contrato de locação e somente poderá ser proposta no prazo máximo de um ano, até seis meses (no mínimo) antes da data do encerramento da vigência do contrato.

Assim, é imprescindível que até seis meses antes do término do contrato em vigor, o locatário possua um novo contrato por escrito e com prazo determinado de cinco anos ou mais. Do contrário, ele deverá, obrigatoriamente, ajuizar a ação renovatória, pois essa será a única forma de afastar o risco de perder seu ponto comercial.

O entendimento foi firmado pela Turma ao analisar a aplicação, em ação renovatória de contrato de locação comercial, da *accessio temporis* – quando a soma de períodos ininterruptos de locação é utilizada para alcançar o período mínimo de cinco anos para o pedido de renovação.

A Corte Superior decidiu por ser considerado todo o patrimônio imaterial agregado a imóvel comercial pela atividade exercida pelo locatário, como também ser necessário resguardar o direito de propriedade do locador, evitando contratos que eternizem o uso do imóvel.

No voto da ministra relatora, Nancy Andrighi, foi reconhecida a importância desse instituto jurídico, ressaltando ser fundamental respeitar a natureza bilateral e consensual do contrato locatício. Considerando a vontade de renovação de um lado e a de não renovação do outro, a ministra afirmou que: “o prazo de cinco anos mostra-se razoável para a renovação, que pode ser requerida novamente pelo locatário no final do contrato”.

Quando a Lei 8.245/9 estabelece o direito à renovação por igual prazo, está se referindo ao prazo mínimo exigido, ou seja, cinco anos, e não o prazo estipulado pelo último contrato celebrado entre as partes. “A renovação do contrato de locação não residencial, nas hipóteses de *accessio temporis*, dar-se-á pelo prazo de cinco anos,

independentemente do prazo do último contrato que completou o quinquênio necessário ao ajuizamento da ação. O prazo máximo da renovação também será de cinco anos, mesmo que a vigência da avença locatícia, considerada em sua totalidade, supere esse período”, esclareceu a ministra.

Pelo julgamento, concluiu-se que permitir a renovação por prazos maiores que 5 anos contraria a própria finalidade do instituto, uma vez que possíveis mudanças econômicas e outros fatores podem influenciar na decisão das partes em renovar, ou não, o contrato.

(Colaboração: **Carolina Chaves Hauer**, G. A. Hauer Advogados Associados - geroldo@gahauer.com.br)

13 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Meta penal

Acompanhamento feito pelo CNJ mostra que Judiciário está longe de conseguir julgar casos antigos de homicídio, que deveriam ter prioridade

De pouco adianta a legislação estabelecer penas severas para determinados crimes se, na prática, a punição quase nunca for aplicada.

A célebre lição do criminalista italiano Cesare Beccaria data do século 18, mas resume grave problema que ainda hoje se verifica na Justiça criminal do Brasil.

Na hierarquia do Código Penal brasileiro, a pena mais rigorosa, de 30 anos de cadeia, é com razão reservada aos homicídios —ou seja, nenhum bem jurídico mereceu, por parte do legislador, proteção maior do que a dedicada à vida.

Estima-se, contudo, que menos de 10% dos assassinatos sejam resolvidos e tenham seus autores presos. Nos demais casos, a impunidade apresenta-se em diferentes momentos do caminho que deveria levar à prisão dos culpados.

Muitas investigações decerto resultam infrutíferas, mas o Judiciário, com sua conhecida lentidão, também contribui para um quadro que estimula a violência.

Há boas razões, portanto, para o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Justiça buscarem agilizar o julgamento de ações criminais de homicídios.

Em setembro, decidiram que as Justiças estaduais deveriam julgar, até outubro de 2014, os processos

dessa natureza iniciados há pelo menos quatro anos e que ainda não tenham sido julgados.

Já foram identificadas nada menos que 63 mil ações nessa categoria. A cifra é espantosa —não pelo impacto que sua resolução teria no gargalo do Judiciário (o estoque total da Justiça é de 64 milhões de processos), mas pelo que significa em termos de injustiça.

A cada uma delas corresponde pelo menos um assassinato cometido antes de dezembro de 2009 e que até hoje permanece impune.

Daí por que é bem-vinda a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de disponibilizar em seu site um “processômetro”, ferramenta que torna públicos os dados sobre julgamentos desses processos criminais.

Pela mesma razão, o instrumento do CNJ provoca desalento: apenas 3.855 —6,1% do total— daquelas ações foram julgadas até agora. Nesse ritmo píffio, soa implausível que o objetivo possa ser atingido.

Apenas dois Estados já julgaram mais de 25% desses processos antigos, mas, neles, o baixo número de casos explica o desempenho: Acre tem 32 ações, e Amapá, 16.

Em São Paulo, o índice está abaixo de 10%: de 1.757 ações, somente 166 foram julgadas. Na Bahia, Estado com maior estoque de processos (9.804), apenas 78 casos foram julgados —o equivalente a meros 0,8% do total.

É grave a situação de uma Justiça que demonstra tamanha ineficiência em tarefa que merece tratamento prioritário.

FOLHA DE S. PAULO

O Estado delinquente

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O Estado deve indenizar por danos morais todo criminoso que não tiver direito a cumprir sua pena nos estritos limites da condenação

13 DEZ 2013

Todo criminoso deve ser punido. Cabe ao Poder Judiciário condená-lo, após o devido processo legal e respeitada a ampla defesa. É o que determina a lei suprema (artigo 5º, incisos LIV e LV).

Nas democracias, o processo penal objetiva defender o acusado, e não a sociedade, que, do contrário, faria a justiça com as próprias mãos.

O condenado deve cumprir a sua pena nos estabelecimentos penais instituídos pelo Estado, em que o respeito à dignidade humana necessita ser assegurado.

Quando isso não ocorre, o Estado nivela-se ao criminoso. Age como tal, equiparando-se ao delinquente, da mesma forma que este age contra sua vítima.

A função dos estabelecimentos penais é a reeducação do condenado, para que, tendo pago sua pena perante a comunidade, retorne à sociedade preparado para ser-lhe útil.

Os cárceres privados constituem crime. Quem encarcera pessoas, tirando-lhes a liberdade, deve ser punido e sofrer pena que o levará a experimentar o mesmo mal que impôs a outrem.

E o cárcere público? Quando um criminoso já cumpriu o prazo de sua pena e tem direito à liberdade, mas o Estado o mantém encarcerado, torna-se o ente estatal um delinquente como qualquer facínora.

Todo condenado deve cumprir sua pena, mas nunca além daquela para a qual foi condenado. Se o Estado o mantém no cárcere além do prazo, torna-se responsável e deve ser punido por seu ato. Como não se pode encarcerar o Estado, deve-se pelo menos pagar indenizações à vítima pelos danos morais causados.

A tese vale também para aqueles que forem condenados a regimes abertos ou semiabertos e acabarem

por cumprir a pena em regimes fechados, por falta de estrutura estatal, pois estarão pagando à sociedade algo que lhes não foi exigido, com violência a seu direito de não permanecerem atrás das grades. Nesses casos, devem também receber indenização por danos morais.

A tese de que todos são iguais e não deve haver privilégio seria correta se o Estado mantivesse estabelecimentos que permitissem um tratamento pelo menos com um mínimo de respeito à dignidade humana. Como isso não ocorre, a tese de que todos devem ser iguais e, portanto, devem “gozar” das péssimas condições que o Estado oferece é simplesmente aética, para não dizer algo pior. Em vez de o Estado dar exemplo de reeducação dos detentos, a tese da igualdade passa a ser garantir a todos tratamento com “igual indignidade”.

Enquanto a Anistia Internacional esteve no Brasil, pertenci à entidade. Lutávamos, então, não só contra a tortura, mas contra todo o tratamento indigno aos encarcerados, pois não cabe à sociedade nivelar-se a eles, mas dar-lhes o exemplo e tentar recuperá-los.

Por isso, ocorreu-me uma ideia que sugiro aos advogados penalistas e civilistas — não atuo em nenhuma das duas áreas —, qual seja, a criação de uma associação, semelhante àquela que Marilena Lazzarini criou em defesa dos consumidores, para apresentar ações de indenização por danos morais em nome das pessoas que: a) cumpram penas superiores àquelas para as quais foram condenadas; b) cumpram penas em regimes fechados, quando deveriam cumpri-las em regime aberto ou semiaberto; c) cumpram penas em condições inadequadas.

talvez assim o Estado aprendesse a não nivelar-se aos delinquentes. Sofrendo o impacto de tais ações, quem sabe poderia esforçar-se por melhorar as condições dos estabelecimentos penais, respeitar prazos e ofertar dignidade no cumprimento das penas.

Todo criminoso deve cumprir sua pena, mas nos estritos limites da condenação e em condições que não se assemelhem às dos campos de concentração do nacional-socialismo.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 78, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

FOLHA DE S. PAULO

O eixo OAB-PT-STF

REINALDO AZEVEDO

O STF, que não foi eleito
para legislar, definirá que o
Congresso é livre para adotar
o financiamento público

13 DEZ 2013

OAB, STF e PT resolveram se juntar contra a democracia. O tribunal está prestes a declarar inconstitucional a doação de empresas para campanhas eleitorais, aprovada em 1993, e a restringir a de pessoas físicas. Se acontecer, o primeiro e óbvio efeito será o aumento brutal do caixa dois. O sistema político voltará à clandestinidade da qual havia parcialmente saído há 20 anos e que resultou, por exemplo, no Collorgate. Essa “conspiração dos éticos” de calça curta chega a ser asquerosa. Trata-se de um truque vulgar na América Latina bolivarianizada. Na região, não se dão mais golpes com tanques, mas com leis. Usa-se a democracia para solapá-la. E o Judiciário tem sido peça fundamental da delinquência política.

Se o financiamento não pode ser privado, terá de ser público. O STF, que não foi eleito para legislar, definirá que o Congresso é livre para fazer a escolha única. O “novo constitucionalismo” é só bolivarianismo com sotaque praieiro. Engana trouxas com seu jeitinho beagle de ser. Um rottweiler do estado democrático e de direito logo reage. O PT já havia tentado extinguir as doações privadas. Não deu certo. Agora a OAB, que pede a inconstitucionalidade da atual lei, serve-lhe de instrumento para o golpe togado, no tapetão. O que o partido tem com isso? Explica-se.

Numa argumentação confusa, preconceituosa, Luiz Fux, o relator, vituperou contra a participação do dinheiro privado em eleições. Ele acha que o capitalismo distorce a democracia, cantilena repetida por

outros. Falta-lhes bibliografia para constatar que, felizmente, a democracia é que distorceu o capitalismo. Fux sustenta que partidos com mais financiamento privado têm mais votos. Toma o efeito como causa: quem tem mais votos é que tem mais financiamento privado. Sob a lei atual, uma legenda com então seis anos de existência, o PSDB, venceu a eleição presidencial de 1994 e se reelegeu em 1998. Em 2002, perdeu para uma outra, nascida nanica em 1980: o PT. Está em seu terceiro mandato.

A consequência natural do acolhimento da ADI é o financiamento público. Os petistas apresentarão uma emenda popular com esse conteúdo. É operação casada com a OAB. Como distribuir o dinheiro? Ou o critério seria o tamanho da bancada na Câmara ou o número de votos na eleição anterior. O principal beneficiado seria o PT. Uma vantagem presente e transitória seria transformada em ativo permanente.

Sindicatos, movimentos sociais e ONGs já atuam como cabos eleitorais do PT, e a massiva propaganda institucional é mera campanha eleitoral disfarçada. O partido quer agora que a supremacia alcançada ao longo de 20 anos de financiamento privado impeça seus adversários de tentar o mesmo caminho. Eles se tornariam reféns do status alcançado pelo petismo.

Há um aspecto adicional: partidos que têm de se financiar na sociedade obrigam-se a dialogar, a estabelecer pactos, a modular a ação segundo os valores da comunidade

que pretendem governar. Se o dinheiro é garantido por um cartório, amplia-se o espaço do seu arbítrio, não o de sua independência.

Fux atribuiu até a ainda pequena presença de mulheres na política ao financiamento privado. Sei. O capital é feio, sujo, malvado e machista. É um caso de falácia lógica, sintetizada na expressão latina “post hoc ergo propter hoc” — ou: “depois disso, logo, por causa disso”. Dilma é presidente “apesar do capital” ou “por causa do capital”? Nem uma coisa nem outra. As duas conclusões são estúpidas. De resto, de 1994 a esta data, na vigência do financiamento privado, o número de mulheres na política aumentou. Por causa dele ou apesar dele?

PS — “Você já elogiou o STF e agora ataca.” Desculpem este modo de ser: quando gosto, digo “sim”; quando não, “não”. Parece exótico?

13 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

TJ-SP ordena que

Promotoria esvazie salas

Liminar de desembargador diz que Ministério Público deve desocupar, em 30 dias, os espaços que usa em 4 comarcas

“Essa decisão do Tribunal de Justiça desafia o Conselho Nacional de Justiça. É uma manobra para evitar que o CNJ se pronuncie sobre o tema

MÁRCIO ELIAS ROSA
procurador-geral de Justiça

Procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, afirma que decisão do Tribunal de Justiça desafia o CNJ

MARIO CESAR CARVALHO
DAVID LUCENA
DE SÃO PAULO

O desembargador Luis Ganzerla, que integra o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu antontem liminar determinando que o Ministério Público Estadual desocupe, no prazo de 30 dias, as salas que usa nas comarcas das cidades paulistas de Carapicuíba, Sorocaba, Santos e São Vicente.

O Tribunal de Justiça diz que precisa dos espaços para instalação de novas Varas. Na liminar, o magistrado cita o caso de Sorocaba, onde o Ministério Público ocupa 23 salas, sendo que existem duas Varas (do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) que foram criadas e ainda não instaladas justamente por falta de espaço.

Consta ainda da decisão que, na comarca de Santos, o Ministério Público ocupa 13 salas do fórum, “apesar de possuir prédio próprio para suas instalações”.

O impasse se arrasta desde abril deste ano, quando o presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, determinou que o Ministério Público desocupasse as salas que utilizava dentro de 58 fóruns.

A liminar concedida antontem, no entanto, se limita às quatro comarcas onde, segundo o desembargador, “não há como se manter a situação atual”. Nelas trabalham cerca de 60 promotores.

PROCESSO NO CNJ

Em abril, após a determinação do presidente do TJ, o Ministério Público Estadual entrou com um processo administrativo no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) pedindo a desconstituição da decisão de Sartori.

No dia 7 de novembro, a conselheira Deborah Ciocci, relatora do caso, solicitou informações ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público Estadual e ao governo do Estado sobre orçamentos e planos de expansão do TJ e do MP.

Somente depois de analisar os esclarecimentos enviados pelos respectivos órgãos é que a conselheira deve tomar alguma decisão.

Em entrevista à **Folha**, o procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, criticou o deferimento da liminar: “Essa decisão do Tri-

bunal de Justiça desafia o CNJ. É uma manobra para evitar que o CNJ se pronuncie sobre o tema”.

PRÉDIOS

Para Rosa, a liminar parte da tese equivocada de que os prédios pertencem ao Tribunal de Justiça. “O Judiciário não pode disciplinar o Ministério Público, a Defensoria e a OAB”, afirmou.

O Ministério Público alega que a obtenção de sedes próprias “exige providências que não se concretizam em pequeno lapso temporal”. O órgão afirma ainda que não dispõe de verba suficiente para as adaptações necessárias.

Estudos técnicos feitos pela Promotoria apontam que os gastos para a construção de novas sedes em todas as localidades em que o Ministério Público ocupa salas nos fóruns podem chegar a R\$ 230 milhões.

A Constituição Estadual diz, no art. 65, que competem aos órgãos do Judiciário “a administração e uso dos imóveis e instalações forenses, podendo ser autorizada parte desse uso a órgãos diversos, no interesse do serviço judiciário, como dispuser o Tribunal de Justiça, asseguradas salas privativas, condignas e permanentes aos advogados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, sob a administração das respectivas entidades”.

13 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LIÇÃO DE CASA

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) montou uma equipe para tentar frear a ida dos planos de saúde à Justiça contestando as suspensões aplicadas pelo órgão. O grupo técnico, com representantes de órgãos de defesa do consumidor, Ministério Público e Defensoria Pública, está convocando reuniões com as empresas para deixar claras as regras a serem obedecidas.

QUESTÃO DE TEMPO

Hoje, há 150 planos de 41 operadoras impedidos de comercialização por terem serviços mal-avaliados. A intenção da ANS é reforçar o diálogo sobre seus critérios para evitar a chegada dos casos ao Judiciário, como tem ocorrido. As suspensões são aplicadas por problemas como descumprimento de prazos na realização de consultas, exames e cirurgias.

PAGOU, LEVOU

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal) não estava disposto, até ontem, a antecipar sua posição na questão do financiamento privado de campanhas eleitorais. Mas seu voto já era dado como certo pela proibição de empresas privadas pagarem as contas dos políticos em busca de votos.

EU DISSE

E magistrados do STF favoráveis à proibição da contribuição de empresas lembravam aos jornalistas as declarações de Cármen Lúcia sobre o tema. A ministra já tinha afirmado, em audiência no Senado, que seria um avanço ético permitir que apenas cidadãos pudessem contribuir com candidatos.

14 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CNJ nega pedido do TJ para arquivar processo

Tribunal de Justiça quer que Ministério Público
desocupe salas de fóruns paulistas

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) negou o pedido feito pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para que fosse arquivado o procedimento administrativo sobre a ocupação de salas nos fóruns paulistas por parte do Ministério Público Estadual.

Na última terça-feira, o desembargador Luis Ganzerla deferiu liminar determinando a desocupação, dentro de 30 dias, de salas usadas pelo MPE nas comarcas de Carapicuíba, Sorocaba, Santos e São Vicente. Em seguida, a corte paulista solicitou que o processo administrativo fosse arquivado pelo CNJ.

Para a conselheira Deborah Ciocci, no entanto, a questão não poderia ser judicializada porque já estava sendo analisada no CNJ.

“A judicialização não pode ser induzida pela parte [TJ-SP] depois de iniciado o procedimento no Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de reserva constitucional estabelecida pela Constituição Federal”, disse a conselheira em decisão proferida antea-

tem pelo CNJ. “Deste modo, posta a questão no Conselho Nacional de Justiça, o caminho único para se questionar judicialmente o feito não pode ser outro senão o Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Ciocci aumentou o prazo para que o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o governo do Estado enviem esclarecimentos sobre planos de expansão do TJ e do MP.

Ontem, o procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, disse à **Folha** que a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça “desafia o CNJ”.

O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, contestou a afirmação de Rosa. “O CNJ não decidiu nada. O procurador-geral quer colocar o CNJ contra o tribunal. Não há nenhuma intenção de desrespeitar o CNJ. Ele [Rosa] está criando esse fato para obter vantagem no Conselho”, disse Sartori.

O impasse se arrasta desde abril, quando o TJ determinou que a Promotoria desocupasse as salas que utilizava dentro de 58 fóruns.

O MP alega que a obtenção de sedes próprias requer providências que não podem ser concretizadas em pouco tempo. (DAVID LUCENA E FREDERICO VASCONCELOS)

14 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ex-juiz Nicolau dos Santos Neto perde direito a aposentadoria

DE SÃO PAULO - O ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, teve a aposentadoria cassada pelo plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Ele foi condenado pela Justiça em 2006 por envolvimento no escândalo de desvio de R\$ 169,5 milhões da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Para se cassar a aposentadoria de um juiz, é necessária a abertura de processo administrativo, no qual são consideradas as condenações judiciais.

Lalau, que havia se aposentado no final dos anos 90, teve sua primeira condenação definitiva —sem mais direito a recurso— em abril deste ano, 14 anos após o surgimento do escândalo. O ex-juiz foi sentenciado a nove anos de prisão por lavagem de dinheiro e ao pagamento de multa de R\$ 600 mil.

Ele recebeu outras condenações que, somadas, chegam a 48 anos de prisão. Desse total, 14 anos já prescreveram. Ele foi condenado por crimes como peculato, estelionato e corrupção passiva.

Em setembro do ano passado, a Justiça da Suíça autorizou a repatriação de US\$ 6,8 milhões que estavam bloqueados, desde 1999, na conta do ex-presidente do TRT.

14 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PAPEL PASSADO

José Renato Nalini, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, diz ser “irreversível” a adoção do petiçãoamento eletrônico no Estado. Na próxima segunda-feira, a OAB-SP vai liderar uma manifestação nacional da classe em defesa da manutenção das petições de papel junto com o sistema digital.

PAPEL PASSADO 2

Advogados reclamam de falhas técnicas que dificultariam o envio dos processos à Justiça. Segundo Nalini, o aperfeiçoamento do sistema pode ser discutido. “Mas não dá para jogar dinheiro do povo fora. A implementação consumiu R\$ 300 milhões ao longo de sete anos.” Ele afirma que são gastos R\$ 5 milhões por mês em aluguel de locais para guardar arquivos de papel.

PAINEL DO LEITOR Justiça

Acertadíssimo o editorial “Meta penal” (“Opinião”, ontem). Não adianta aplicar penas severas se elas não forem cumpridas. Não basta a vigência da norma penal, o importante é a sua eficácia, que é a sua efetiva aplicação.

RICARDO MUTRAN, advogado
(São Paulo, SP)

REPARAÇÃO

O blogueiro Paulo Henrique Amorim, apresentador da TV Record, foi condenado a pagar R\$ 50 mil por danos morais ao ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Em 2008, ao criticar decisões do magistrado, Amorim afirmou que ele “transformou o Supremo Tribunal Federal num balcão de negócios”.

SEM QUERER

Em sua defesa, Amorim sustentou que as afirmações “não representam ofensa à honra e reputação do autor, caracterizando-se como livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação”. A juíza Tatiana Dias da Silva, de Brasília, considerou, no entanto, que “a matéria produzida pelo réu não relatou fato verdadeiro, não teve o intuito apenas de informar a coletividade”, mas, sim, “teve o escopo de depreciar a imagem do autor, sem qualquer amparo”. O advogado de Amorim informa que vai recorrer da decisão.

DESTINO CERTO

A juíza determinou que os R\$ 50 mil a serem pagos por Amorim devem ser destinados à Apae de Diamantino (MT), onde Mendes nasceu.

14 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Direito para valer

OSCAR VILHENA VIETRA

Revoltas ocorrem quando os canais de transmissão da vontade política se demonstram corrompidos

APESAR DAS inúmeras evidências em sentido contrário, ousaria dizer que o ano de 2013 foi muito promissor para a consolidação do Estado de Direito no Brasil. Se por um lado a corrupção, a violência social e o arbítrio das autoridades, que ocuparam as manchetes diárias, confirmam o nosso padrão secular de desdém em relação à lei, dois eventos da máxima importância parecem apontar uma silenciosa revolução na cultura política brasileira.

Se o povo acompanhou bestializado o processo de instalação da República em 1891, em 2013, quem parece ter acompanhado as revoltas de junho com imensa surpresa e apatia foi o nosso andar de cima, especialmente a classe política. Como se o tempo e o poder de dizer houvessem sido simultaneamente sequestrados por aqueles jovens.

Essas revoltas não podem ser interpretadas como um mero fenômeno da natureza, uma espécie de tsunami social, que surge e desaparece.

Revoltas ocorrem, sobretudo, quando há uma forte discrepância entre os padrões de justiça incorporados em uma sociedade e a frustração desses padrões experimentada pelas pessoas no seu cotidiano. Revoltas ocorrem quando os canais de transmissão da vontade política se demonstram corrompidos e a única forma de exigir é ocupando a esfera pública.

A revolta contra o transporte caótico, a cidade excludente, a educação de baixíssima qualidade, a polícia arbitrária e os partidos políticos corruptos vieram exatamente de jovens que ao longo dos últimos anos

incorporaram às suas identidades a noção de que são sujeitos de direito. Isso significa que exigem ser tratados com igual respeito e consideração, nas diversas esferas da vida.

Esta noção de que os direitos geram expectativas e obrigações a serem cumpridas é algo indispensável às sociedades que decidem se reger pelo direito. E isso sempre nos faltou. É como se apenas 25 anos depois de estabelecidos pela Constituição, esses direitos passassem a ser incorporados pela maioria da população, como autenticamente seus.

O segundo evento de máxima importância para a consolidação de nosso frágil Estado de Direito foi certamente o início da execução das sentenças proferidas no julgamento do mensalão.

Contra todas as expectativas consolidadas ao longo de séculos de impunidade em relação aos poderosos e abonados, a lei parece ter começado a ser aplicada de maneira igual para todos. No início muitos achavam que não haveria julgamento. Houve. Que o julgamento não condenaria ninguém. Condenou. Que os chefes seriam poupados. Não foram. Que ninguém seria punido. As punições começaram.

Num país onde há uma enorme desconfiança na capacidade da Justiça de aplicar a lei de forma imparcial, reiteradamente apurada pelas inúmeras pesquisas de opinião, ou em qualquer conversa de botequim, a frustração das expectativas negativas desestabilizou a percepção de que aqui cadeia é só para pobre. O choque foi tão grande que o próprio ministro da Justiça, ao olhar para a

prisão, se surpreendeu com seu estado medieval. *Aí é que serão trancafiados, ex-ministros, banqueiros, ex-deputados?*

É um privilégio e uma enorme responsabilidade suceder a **Walter Ceneviva**, jurista que sempre militou pelo Estado de Direito, nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

Um fio de esperança

14 DEZ 2013

No apagar das luzes deste agitado 2013, a possibilidade de que o STF venha a considerar inconstitucional a doação de empresas para fins eleitorais traz um alento aos que acreditam na democracia brasileira.

Proibir a contribuição de pessoas jurídicas às campanhas seria um primeiro passo para corrigir a evidente distorção causada pelo fato de que tendo quase 90% das contas pagas por elas, conforme a **Folha** mostrou, os políticos ficam obrigados a contrapartidas. Surge, assim, um sistema aristocrático em que há, de um lado, algumas centenas de grandes eleitores, os quais dispõem de enorme influência sobre as decisões, e, de outro, milhões de pequenos votantes, que ficam inteiramente afastados dos centros decisórios.

O argumento de que vetar o aporte privado só iria aumentar o caixa dois precisa ser levado a sério. A experiência histórica mostra que as melhores leis, quando feitas sem levar em conta a realidade social, podem ter efeito contrário ao desejado. Mas o alerta não pode servir para manietar a sociedade em uma posição passiva diante do esvaziamento democrático.

Da mesma maneira que organizações da sociedade civil como a OAB exigem que o dinheiro comercial saia da cena democrática, caberá a elas vigiar que as futuras campanhas sejam baratas e com prestações de contas plausíveis. Os movimentos sociais brasileiros, que estão em paralelo reunindo assinaturas para um projeto de iniciativa popular na mesma direção, têm vitalidade suficiente para justificar a aposta.

E certo que o STF não representa o melhor fórum possível para decidir sobre o tema. Em se tratando do cerne das relações políticas, caberia ao Parlamento, onde estão os que foram eleitos com a finalidade de estabelecer as regras do jogo, deliberar.

O melhor caminho para diminuir o peso do dinheiro na política parece, no entanto, bloqueado, justificando o recurso a outras instâncias. Cumpre lembrar que, em abril passado, o colégio de líderes na Câmara dos Deputados havia impedido que o plenário da Casa sequer apreciasse a proposta alinhavada, depois de inúmeras consultas, pelo deputado Henrique Fontana (PT-RS). Seis anos antes, outro projeto de alteração do financiamento tinha sido descartado pelos deputados.

Nem mesmo a voz das ruas de junho foi capaz de comover os parlamentares que, na prática, engavetaram o documento enviado por Dilma Rousseff. Agora, os votos favoráveis de Luiz Fux, Joaquim Barbosa, José Antonio Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso no STF recolocam o item no topo da agenda do próximo período. Que isso anime os democratas, dentro e fora do Legislativo, a começar 2014 com energia redobrada.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.

15 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Acelerar os processos

Em tramitação no Congresso, novo Código de Processo Civil prioriza celeridade; Câmara, porém, descarta um dos dispositivos mais relevantes

Arrasta-se há quase três anos, na Câmara dos Deputados, a tramitação da proposta que cria um novo Código de Processo Civil (CPC) para o país. Não é pouco o que está em jogo. Basta dizer que, excetuada a esfera penal, os demais ritos processuais são regulados por esse conjunto de normas.

Da petição inicial à sentença, passando por recursos e prazos, é nesse código que advogados, promotores e juízes encontram as regras para o andamento de processos em matérias de direito civil, comercial, financeiro, social, trabalhista e tributário, entre outros.

Instituído em plena ditadura militar (janeiro de 1973), o atual CPC tornou-se defasado por variadas razões, que vão da promulgação de uma Constituição democrática, em 1988, ao surgimento de tecnologias capazes de aposentar o papel.

Dada sua importância nos meandros judiciais, é natural, ademais, que especialistas e legisladores olhem para o CPC quando procuram soluções para a exasperante morosidade da Justiça, afogada em quase 100 milhões de ações.

O número excessivo de recursos e mecanismos protelatórios à disposição da parte derrotada é apontado, com razão, como um dos elementos que mais contribuem para abarrotar os tribunais e fundamentar o conhecido adágio “ganhou, mas não levou”.

É de estranhar, portanto, que a Câmara tenha suprimido um dos dispositivos que, na proposta elaborada por uma comissão de juristas e aprovada pelo Senado em

2010, prometiam aumentar a efetividade do Poder Judiciário — a saber, o fim do chamado efeito suspensivo das apelações.

Hoje, a sentença do juiz não produz efeitos imediatos na maioria dos casos. Como regra, basta que a parte vencida recorra ao Tribunal de Justiça (segunda instância) para a decisão ficar suspensa até que desembargadores se manifestem a respeito da disputa.

O modelo prioriza, quase sem restrições, a segurança jurídica em detrimento da celeridade processual. Protege o cidadão contra decisões monocráticas exorbitantes e assegura o duplo exame antes de ser proferida, por um órgão colegiado, uma decisão efetiva.

Verdade que sentenças podem acarretar consequências de monta. A existência do efeito suspensivo automático, contudo, traz graves distorções. A primeira e mais evidente é o estímulo à litigância. Mesmo sem razão, qualquer advogado há de apelar — na pior das hipóteses, conseguirá adiar, por anos a fio, o cumprimento da decisão.

A perversidade da situação é evidente. Não é só a parte vencedora que sai prejudicada, ao não ver sua justa demanda atendida; todo o sistema judicial, todos os cidadãos sentem os efeitos deletérios dessa sobrecarga de processos.

É difícil encontrar elementos empíricos que apoiem a transformação dos juízes (primeira instância) em meros pareceristas, como se suas sentenças, no mais das vezes, precisassem ser modificadas. Dá-se precisamente o contrário.

CONTÍNUA

15 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Estudos conduzidos a partir de dados dos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro indicam que cerca de 60% das decisões dos juízes são mantidas; em apenas 20% dos casos há reforma integral da sentença; nos outros 20%, as mudanças são parciais.

Se a maioria da população seria beneficiada pelo fim desse efeito suspensivo automático, nem por isso a minoria deve ficar desguarnecida. É preciso que a legislação estipule recursos de emergência a fim de evitar danos irreparáveis decorrentes de sentença disparatada.

Outras iniciativas do novo Código de Processo Civil reforçam que a celeridade e a racionalização do sistema são essenciais. Estabelece-se, por exemplo, a ordem cronológica para julgamentos, evitando o acúmulo de causas antigas e o arbítrio de magistrados ao escolher qual processo analisar.

Recursos usados apenas para adiar o cumprimento das decisões serão multados; o uso do meio eletrônico é estimulado; prevê-se uma fase inicial de tentativa de conciliação, num esforço para resolver conflitos sem envolver a via judicial.

Além disso, extingue-se o inexplicável exame de admissibilidade, pelo qual a instância inferior precisa analisar se estão presentes os requisitos necessários para o caso ser examinado pela instância superior —o que apenas retarda o andamento processual.

São estimuladas, ainda, decisões dos tribunais que possam valer para a resolução de uma série de demandas individuais similares, como no caso de questões de direito do consumidor; o peso da jurisprudência também é ampliado.

Todas essas iniciativas sairão enfraquecidas se o efeito suspensivo automático for mantido. De todo modo, a Câmara dos Deputados ainda precisa terminar de votar alguns pontos do projeto antes de reenviá-lo ao Senado. Que ocorra o quanto antes. Não faz sentido que o novo Código de Processo Civil seja vítima de morosidade semelhante à que pretende combater.

EM OBRAS Mudanças no novo Código de Processo Civil

- ◆ Regula e incentiva o uso do meio eletrônico
- ◆ Estimula a conciliação, para desafogar tribunais
- ◆ Obriga juízes a fundamentar melhor a sentença
- ◆ Aumenta o peso de decisões anteriores na avaliação de novos casos
- ◆ Pune recursos meramente protelatórios

15 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Texto sobre condenação divide petistas

Em seu congresso, PT aprova resolução sem defender anulação do julgamento, como queriam alas mais radicais

Cúpula da sigla atende pedido do Palácio do Planalto e adota tom mais brando, evitando críticas ao Supremo

BERNARDO MELLO FRANCO
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

O 5º Congresso do PT aprovou ontem resolução que afirma que os réus do mensalão foram condenados sem provas e acusa mídia e oposição de tentarem criminalizar o partido e influir nas eleições.

O documento causou racha por não atacar o STF (Supremo Tribunal Federal) e defender a anulação do julgamento, como cobrava a ala mais radical da legenda.

Sob pressão do Planalto, que temia prejuízo à campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição, a cúpula petista apresentou um texto mais moderado que o original e sem críticas ao STF.

“Nós não podemos ter um partido dividido ao meio. Nossa obrigação é construir a maior unidade possível”, afirmou o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), falando em nome da direção petista.

Depois de ouvir vaias de alguns delegados do partido, ele disse: “Temos plena convicção da inocência dos companheiros [José Dirceu e [José] Genoino. Minha posição é clara: nunca houve mensalão, compra de votos e corrupção ativa ou passiva.”

“As instituições carcomidas, como o STF, querem acuar o PT e o movimento popular. Nós não temos que fazer comentários, temos que agir

MISA BOITO

dirigente paulista da corrente minoritária petista O Trabalho

O texto aprovado com apoio da cúpula petista não cita os presos e diz que a sigla apoiará iniciativas de militantes e movimentos sociais pela “reparação das injustiças e ilegalidades contra os companheiros condenados”.

Uma dirigente do PT paulista, Misa Boito, foi aplaudida ao cobrar que, em vez de apoiar iniciativas de terceiros, o partido lidere a ofensiva contra o Supremo.

“As instituições carcomidas, como o STF, querem acuar o PT e o movimento popular. Nós não temos que fazer comentários, temos que agir”, discursou Boito, da corrente minoritária O Trabalho.

“Amanhã o PT pode ver outros dirigentes na cadeia porque se recusou a pedir a anulação da ação penal 470”, prosseguiu, referindo-se ao processo do mensalão.

Nos três dias do encontro, encerrado ontem, petistas atacaram o STF e seu presidente, Joaquim Barbosa. Dilma e o ex-presidente Lula evitaram o tema em seus discursos.

O PT também aprovou uma moção pela desmilitarização das polícias e com críticas à violência das Polícias Militares nos protestos de junho.

“tiroteio

Os tucanos dizem que o Judiciário não age politicamente. Agora que o trem pagador do PSDB chegou ao STF, é hora de provar a tese.

DO PRESIDENTE DO PT-SP, EMÍDIO DE SOUZA, sobre o envio ao STF do inquérito que apura denúncias de corrupção em obras de trem e metrô no governo de SP.

15 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Guru de Feliciano será candidata no Paraná

Para o PSC, Marisa Lobo,
que se apresenta como 'psicóloga cristã',
pode ser puxadora de votos para a Câmara

**Sua maior briga hoje
é contra o Conselho
Federal de Psicologia,
que ameaça cassar seu
registro profissional**

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER
DE SÃO PAULO

A mulher que pôs Marco Feliciano no divã quer seguir os passos de seu paciente.

Marisa Lobo, 40 anos, autodenominada “psicóloga cristã” e “sexóloga crente”, filiou-se ao PSC (Partido Social Cristão) do deputado-pastor e é pré-candidata a deputada federal no Paraná.

No partido, já é tratada como puxadora de votos em 2014 —ao lado de outro político neófito, o cirurgião plástico Robert Rey, o “Dr. Hollywood”, e do próprio Feliciano, o presidente a Comissão de Direitos Humanos a quem chama de “meu mentor”.

Marisa, frequentadora da igreja Batista, é uma espécie de “formuladora intelectual” de Feliciano. Ela mesmo se diz “coach” do deputado que hoje lhe guia no partido.

A “amiga de longa data”, diz Feliciano, foi útil dando consultas informais. “Houve momentos turbulentos no início da minha presidência na comissão. Seus conselhos foram de grande valia, sua preocupação com minhas filhas me sensibilizou.”

O presidenciável do PSC, pastor Everaldo Pereira, do Rio, define Marisa como “mulher brava no bom sentido”,

alguém que lutará pela “causa da vida e esse negócio contra maconha”.

Ele e Ratinho Jr. conduziram a cerimônia de sua filiação à sigla, em Curitiba.

As bandeiras de Marisa estão em sintonia com as do partido. Assim como seu estoque de polêmicas. Sua grande briga é contra o Conselho Federal de Psicologia, que ameaça cassar seu registro de psicóloga.

Ela é acusada de associar psicologia e religião nas redes sociais (“minha fé não nego por nada, nem pela minha profissão”, diz no Twitter). Também é acusada e apoiar a “cura gay”, o que fere o código de ética da categoria.

Marisa nega. Diz que no consultório, onde recebe “de ateu à gente do candomblé” em sessões de R\$ 100, jamais ofereceu tratamento para a homossexualidade.

Lembra que acolheu por meses em casa “um homossexual pai de santo travesti com Aids”, para quem “minha empregada não queria lavar as roupas”.

BULLYING

Marisa afirma que paga R\$ 258 por mês para fazer uma pós-graduação em filosofia dos direitos humanos, mas não divulga em qual entidade por temer represália.

“Sofro bullying faz tempo. Todas as faculdades [de psicologia] falam de mim como

a pior profissional do mundo, a mais antiética. *To-das.*”

Falando “como cristã”, ela acredita ser possível reverter o desejo por alguém do mesmo sexo. “Comportamento homossexual é pecado. A Marisa Lobo psicóloga não entra nessa questão. Mas a Bíblia diz. Ponto final [...] Se o desejo é não desejar pessoas do mesmo sexo, isso é direito humano dele. Se a pessoa pegar a chave do armário e se trancar, ótimo, problema dela.”

A pré-candidata está escrevendo um livro sobre “ditadura gay”. “Explico como uma teoria não-científica ‘queer’ de desconstrução sexual, criada por LGBTT, vem sendo ensinada no mundo acadêmico e ganhando espaço social, nas relações humanas, influenciando leis, mídia, novelas, educação.”

Esse discurso, diz, “desconstrói claramente a heterossexualidade, imputando a ela o crime da imperfeição”.

CONTINUA

15 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ATUAÇÃO

As opiniões de Marisa têm eco em Brasília. Na Câmara, ela se destacou em audiências públicas sobre o projeto de lei que quer derrubar a norma do Conselho de Psicologia que proíbe tentativas de inibir a homossexualidade.

A ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) já a convidou para o lançamento de um programa de combate ao crack, o que enfureceu ativistas.

A “psicóloga cristã”, que criou o projeto Maconha Não, endossa internações compulsórias de dependentes e repasse de recursos para comunidades terapêuticas religiosas, o que tem sido feito pelo governo Dilma Rousseff.

ORIGENS

Marisa costuma dizer que todas as causas que abraça têm conexão com seu próprio passado. Exemplo: se milita contra o aborto e a legalização da prostituição é porque seu pai conheceu sua mãe nessa situação. “Sei como é ser chamada de filha da prostituta.”

O pai, “alcoólatra que bebia remédios para emagrecer porque era vaidoso e teve uma vida bem difícil”, hoje é evangélico.

Marisa vem ganhando projeção entre evangélicos. Cobra de R\$ 500 a R\$ 1.000 para palestrar sobre temas como sexualidade da família e transtornos psicológicos.

16 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Em crise, governo do Paraná atrasa obras e pagamentos

Dezenas de construções e serviços foram afetados pela falta de verba, que já dura pelo menos quatro meses

Situação é considerada um 'sufoco' pela própria gestão, que teme não conseguir cumprir as metas de campanha

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Sem dinheiro para pagar funcionários e fornecedores, o governo Beto Richa (PSDB), no Paraná, tem atrasado há pelo menos quatro meses pagamentos referentes a dezenas de obras e serviços.

Construções de rodovias pararam ou desaceleraram. Veículos policiais esperam conserto em oficinas. Não há aumentos para servidores desde setembro. E até obras da Copa foram afetadas.

Empresas contratadas pelo governo dizem que acumularam dívidas pela falta de pagamento.

"Tem empresa em extrema dificuldade, que está se financiando para não deixar de pagar salários e fornecedores", diz Evaldo Kosters, diretor do Sindirepa (Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos).

A situação, considerada um "sufoco" pelo próprio governo, é explorada pela oposição. O PT, que deve lançar a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) como candidata ao governo em 2014, acusa Beto Richa de má gestão.

O ex-governador e senador Roberto Requião (PMDB), outro possível candidato, gravou vídeo em frente a obras paradas e afirma que Richa "não começou a governar".

REAÇÃO

A gestão tenta reagir. Com nova secretária desde outubro, a Fazenda fechou o cofre para reavaliar prioridades.

A dívida é de R\$ 700 milhões. O orçamento anual, de R\$ 29 bilhões. Ou seja, o Estado deve cerca de 30% das despesas mensais.

Com metas estipuladas na

“ Todo mundo foi gastando e gastando. Pensavam: amanhã, mês que vem sairá o empréstimo. Mas não saiu

JOZÉLIA NOGUEIRA
secretária da Fazenda do Paraná

campanha de 2010, o governo teme não conseguir cumprir o que prometeu.

O Estado teve alta de 17% na receita neste ano, mas gastou no mesmo ritmo. Desde 2012, com a contratação de policiais e novos reajustes a professores, o Paraná atingiu o limite de gastos com pessoal fixado por lei.

E a receita de transferências federais cresceu menos que o esperado — apenas 5%.

Além disso, empréstimos internacionais aprovados em órgãos como Banco Mundial não foram liberados pelo Tesouro, diante do estouro de gastos com o funcionalismo.

Mesmo sem o dinheiro garantido, o governo começou as obras a serem financiadas pelos empréstimos.

"Todo mundo foi gastando e gastando", diz a secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira. "Pensavam: amanhã sairá o empréstimo. Não saiu."

A situação, agora, é de aperto total, ainda que os empréstimos sejam esperados para breve — o Tesouro deve autorizar as operações.

O salário do funcionalismo, promete o governo, está confirmado. As dívidas com fornecedores devem ser quitadas até março. Mas espaço para "respirar", diz a Fazenda, só em 2015.

CONTINUA

16 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FECHANDO O COFRE

Governo Beto Richa (PSDB-PR) enfrenta crise financeira na reta final da gestão

OBRAS E SERVIÇOS AFETADOS

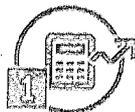
 Telefones do governo cortados

 Carros da PM em oficinas à espera de conserto

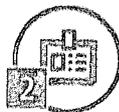
 Obras de hospitais e rodovias paradas ou atrasadas

 Pagamento de pro-moções a professores congelado

POR QUE A CONTA NÃO FECHA



1 A receita do Estado aumentou 17%, mas despesas subiram no mesmo ritmo



2 Governo tem mais despesas com pessoal, porque contratou e aumentou os salários



3 Investimentos foram feitos diante da expectativa de liberação de empréstimos que ainda não saíram



4 **R\$ 700 milhões**

é a dívida do governo com fornecedores



5 **R\$ 3,5 bilhões**

é o valor dos empréstimos que o Estado espera receber até ano que vem

6 O QUE O GOVERNO FEZ

- > Congelou pagamentos a fornecedores e vai montar cronograma para quitar dívidas
- > Apertou cerco aos devedores
- > Irá cortar contratos e obras futuras para diminuir despesas

Fonte: Governo do Paraná e Tesouro Nacional

Fazenda impõe limite a pastas e fala até em cortar metas em 2014

DE CURITIBA

Procuradora do Estado há 23 anos, a nova secretária da Fazenda do Paraná, Jozélia Nogueira, 49, assumiu a pasta há dois meses com a dura missão de cortar gastos às vésperas de um ano eleitoral.

“Sou igual ao pai que põe limite no filho”, afirmou à **Folha**. “O filho briga, não gosta, mas no fundo sabe que precisa”, completa Jozélia.

A tesoura da secretária causou mal-estar entre os secretários, que se queixam da desaceleração de ações por causa do aperto financeiro.

Mas a secretária quer ir além: cogita, inclusive, cortar metas no ano da eleição.

“Tenho uma posição cautelosa. Sou prudente, mesmo. Não tem dinheiro para tudo.”

Para Jozélia, é melhor “reduzir um pouco a meta” agora e manter o Estado no azul

do que causar prejuízo aos cofres públicos. “Não há problema nisso, porque o povo também quer que o governo seja equilibrado”, disse.

A advogada diz que assumiu o cargo para fazer “contraponto” aos políticos, que querem mostrar serviço e gastam mais do que poderiam.

Em 2014, cada pasta terá que escolher no máximo três prioridades para investir. Quem quiser gastar mais, só com aval do governador.

Para reforçar os cofres, a Fazenda também começou um “mutirão de cobrança”. Quem não pagar o que deve ao governo em impostos como o IPVA terá dívidas protestadas, entrará no Serasa e pode ter o carro recolhido. “É drástico”, diz a secretária.

Isso, estima, deve render R\$ 360 milhões até o fim do ano —o suficiente para quitar metade das dívidas.

**MÔNICA BERGAMO
PAGOU,
LEVOU**

FOLHA DE S. PAULO

O Brasil tem 311 advogados para cada grupo de 100 mil habitantes. Já o número de defensores públicos, que representam gratuitamente os que não têm dinheiro para contratar um profissional, é quase 80 vezes menor: 3,9 para cada 100 mil brasileiros.

16 DEZ 2013

FOSSO

Em SP, centro econômico do país, a desproporção é ainda mais gritante: são 566 advogados para cada 100 mil habitantes, e apenas 1,43 defensor público para o mesmo número de paulistas. No Rio de Janeiro, são 743 advogados e 4,8 defensores por 100 mil. Em Brasília, a relação é de 852 para 7,4.

ENDEREÇO

Os números fazem parte do Atlas do Acesso à Justiça no Brasil, que será lançado hoje pelo Ministério da Justiça. Indicadores que serão divulgados em um portal mostram ainda o número de promotores e juízes, além de órgãos de controle, núcleos de mediação comunitária, delegacias, Procons e cartórios. Serão disponibilizados também endereços de órgãos da área em todo o país.

CAMPEÃO

O ministério criou ainda o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj). O último colocado no ranking, onde o acesso é mais difícil, é o Maranhão, com 0,04. O Distrito Federal tem o melhor indicador: 0,38. O índice do país é 0,13.

TODO OUVIDOS

O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), deve convocar uma audiência pública para discutir as mudanças no Ecad, o escritório de arrecadação de direitos autorais. Ele deu a informação aos cantores Lobão e Walter Franco, que foram visitá-lo na semana passada em Brasília.

PAINEL DO LEITOR

Código de Processo Civil

Muito oportuna a participação da *Folha* no debate sobre o novo Código de Processo Civil (CPC) (“Acelerar os processos”, “Opinião”, ontem). O fim do efeito suspensivo automático da apelação vale mais ou tanto quanto o novo CPC inteiro. Juízes de 1º grau não podem ser tratados como pareceristas; como responsáveis por decidir, apenas, quem vai recorrer. A Câmara dos Deputados precisa explicar ao país a quem interessa a manutenção dessa nefasta regra e, consequentemente, de um dos principais entraves à eficácia do sistema de Justiça do país.

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI, juiz de Direito (Franca, SP)

16 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Organizado por maçons, ato pró-Barbosa pede menos impostos e direito a armas

O evento foi convocado por maçons e por uma entidade da sociedade civil como um ato em apoio a Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, pela condução do processo do mensalão. Mas não ficou nisso.

Os 29 manifestantes que compareceram ao Parque do Povo, em São Paulo, podiam registrar pedidos em filipetas distribuídas por um Papai Noel, que, entre uma risada e uma badalada de sino, suava debaixo da roupa vermelha. Já no início da manhã, a temperatura era de 27°C no Itaim Bibi, zona oeste da capital.

Depositados em uma urna acrílica, os pedidos davam o tom do protesto: foram solicitados “um país justo de impostos” e a Lei do Armamento, para a “plena defesa do cidadão: poder portar armas”.

Os papéis seriam todos encaminhados ao gabinete de Dilma Rousseff, informava, no megafone, o líder do ato, o empresário Joe Diwan.

Um dos participantes sugeriu o seguinte: os políticos deveriam se fiar à lista de reclamações do Procon para conhecer as necessidades do povo. “Estão lá: celular e banco”, disse Jose Chehembar.

Com faixas, cartazes e apitos —e ladeado por quatro guardas-civis metropolitanos— o grupo se postou no gramado central do parque para cantar o hino nacional.

A associação envolvida no ato, Movimento Brasil Merece Mais, causou polêmica recente ao organizar uma rede de segurança privada em Higienópolis (centro), em que moradores podem “denunciar” a presença de algum “andarilho ou pedinte” no bairro.

14 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Prisão de Michelotto tem 'caráter pessoal'

Rodrigo Batista

Equipe Bonde

Curitiba - O advogado Rodrigo Sánchez Rios, que defende o delegado Marcus Vinicius Michelotto, disse ontem acreditar que a prisão do cliente dele tem "caráter pessoal". O ex-delegado geral da Polícia Civil foi preso temporariamente por suspeita de participação em um esquema de exploração de jogos de azar. Ele é suspeito de formação de quadrilha, prevaricação, corrupção ativa e passiva.

"Apesar de respeitar a decisão da Justiça, continuamos com a ideia inicial de que essa medida é desnecessária, exagerada e de cunho pessoal", afirmou Rios. Ele acrescentou que "não há provas concretas contra seu cliente e que Michelotto esteve sempre à disposição do Gaeco para prestar esclarecimentos".

Um pedido de habeas corpus impetrado por Rios foi negado na quinta-feira pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

No despacho, o desembargador Renato Barcelos considerou que há evidências do envolvimento ex-delegado geral da Polícia Civil nos crimes investigados pelo Gaeco. O magistrado diz que existe "relevante substrato indiciário" da participação de Michelotto e de outros policiais civis e militares na exploração de jogos. Além de Michelotto, outro delegado, dois investigadores, cinco

policiais militares e pelo menos quatro pessoas que não ocupam funções públicas também estão detidos por suspeita de envolvimento no esquema.

Para Rodrigo Rios, as disputas institucionais entre Ministério Público e Polícia Civil, além das divergências internas dentro da corporação, podem ter pesado nas acusações. Ele faz referência ao caso "mansão cassino", de janeiro de 2012, quando policiais civis sem mandado judicial estouraram uma casa de jogos no bairro Parolin, em Curitiba.

Procurado, o Ministério Público informou que não comentaria o assunto porque o caso está sob sigilo de Justiça. **(Colaborou Rubens Chueire Jr./Reportagem Local)**

14 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mensalão: paranaenses recebem penas alternativas

**José Borba e Emerson Palmieri
terão que pagar salários
mínimos e prestar serviços
comunitários**

Brasília - Condenados no mensalão, o ex-sócio-proprietário da Bônus Banval Enivaldo Quadrado, o ex-deputado federal José Borba e o ex-tesoureiro informal do PTB Emerson Palmieri compareceram na tarde de ontem ao TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) e receberam suas penas alternativas. A Corte não divulgará as punições.

Vestindo terno marrom e camisa branca, sem gravata, Quadrado chegou às 13 horas e, questionado pela reportagem, não quis dar declarações. Ele tem que pagar multa de 300 salários mínimos, além da prestação de serviços comunitários.

Borba e Palmieri chegaram e saíram pela garagem do TJDF, segundo a assessoria da Corte, e não foram vistos pela reportagem. Eles também terão que pagar 300 e 150 salários mínimos respectivamente e prestar serviços comunitários.

O Juiz Nelson Ferreira Júnior, da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF afirmou, pela assessoria do Tribunal, que não iria divulgar quais entidades seriam beneficiadas porque o artigo 41 da lei de execuções penais prevê "proteção contra qualquer forma de sensacionalismo".

Quadrado, Borba e Palmieri receberam punições alternativas no mensalão porque tiveram penas de até quatro anos, benefício previsto em lei quando as condenações não ultrapassam esse tempo. Durante o julgamento do mensalão, Quadrado foi condenado por lavagem de dinheiro e a uma pena de 3 anos e 6 meses de prisão.

Borba, que era deputado federal pelo PMDB do Paraná na época das denúncias, foi condenado por corrupção passiva, e a uma pena de 2 anos e 6 meses em regime aberto.

Palmieri foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a uma pena de 4 anos de prisão.

14 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA Barbárie!

Manuel Joaquim R. dos Santos

Na Estação São Francisco Xavier da Supervia, na zona norte do Rio de Janeiro, durante a enchente, três homens passaram a manhã de quarta-feira fazendo a travessia de passageiros de um lado a outro de uma ligação subterrânea usando um carrinho de supermercado, ao preço de R\$ 1. Eles pretendiam passar o dia todo por lá. Mulheres e crianças que precisaram ser carregadas no colo pagavam R\$ 2.

O Brasil é de fato o país dos contrastes! Não me refiro ao fosso já inúmeras vezes denunciado, da distância entre os pobres e os mais avantajados. São outros paradoxos e contradições. Nos seduz a alegria contagiante e o grito de esperança que brotam no olhar de gente, que mesmo mergulhada em inúmeros problemas, acredita no melhor. Ficamos impressionados com a generosidade de tantos empresários que, apesar da carga tributária pesadíssima, socorrem, longe dos holofotes, inúmeras entidades carentes. Ficamos sensibilizados com a acolhida do povo brasileiro aos emigrantes e refugiados vindos de todos os cantos do mundo.

Mas cenas como a anteriormente mencionada, nos fazem chorar de tristeza e dor, pois engrossam tantas outras denúncias de roubos em mercados inundados, de assalto a cadáveres expostos em catástrofes naturais. O Brasil da barbárie. O país anos-luz distante da civilização que há muito caracteriza a terra dos homens. A nação cujos filhos, infelizmente, depõem contra o desejo legítimo da sua mãe, de aparecer evoluída e civilizada aos olhos do mundo.

O Brasil da Copa de 2014. Da Copa que em se perdendo, exporá ao léu investimentos estratosféricos, desperdícios vários e gastos equivocados, e em se ganhando cumprirá o desserviço de nos fazer esquecer qual a real situação e nos

iludir quanto a um futuro totalmente incerto.

O Brasil da Copa em que os índices da educação nos fazem passar vergonha ano após ano, e em que o PIB caminha a passos errantes e inversos ao que seria de esperar de uma economia dita emergente. O país das cidades sem soluções e da mobilidade urbana truncada nos cruzamentos da miopia e da falta de vergonha de políticos ociosos de ideias. O Brasil real que busca desesperadamente em acontecimentos internacionais, como Copa e Olimpíadas, o medicamento eficaz para sua reanimação. Como se mudanças profundas e infraestruturas, surgissem por decreto ou fossem aparecer na manhã seguinte de uma vitória esportiva.

Pobre Brasil dos que cobram R\$ 2 para ajudar a sair de uma enchente. Triste do país que convive com essas contradições gigantes e empurra seu futuro com "a barriga", usando uma expressão bem nossa.

As desgraças naturais não são tão "naturais" assim em

cidades que há anos convivem com o mesmo problema. Mas o "cidadão lobo coitado" que vê na desgraça alheia oportunidades de faturar ou de levar vantagem, esse sim é fruto de tragédias anunciadas, como a ausência de uma instituição familiar sólida e geradora de personalidades e de um sistema educacional falido. O Estado será repressor com esses indivíduos e dará espetáculos midiáticos de prisões infernais, mas não percebo nenhuma atitude arrojada e sábia que no futuro próximo elimine essas aberrações.

Sonhamos com um país grande. Grande economia. Grande na igualdade de oportunidades. Grande em harmonia e paz. Grande na tolerância. Grande enfim, na sua capacidade de superar essas aberrações que nos fazem chorar.

MANUEL JOAQUIM R. DOS SANTOS
é padre na Arquidiocese de Londrina

Triste do país que convive com essas contradições gigantes e empurra seu futuro com a barriga

FOLHA DE LONDRINA

Michelotto deve ser solto hoje

15 DEZ 2013

Curitiba - O ex-delegado geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, deve ser solto até o final da manhã de hoje. O prazo para que ele ficasse preso temporariamente, após a operação realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) era de cinco dias e terminou, segundo a Polícia Civil, à meia-noite de hoje.

De acordo com um dos advogados de defesa de Michelotto, Rodrigo Sánchez Rios, um pedido foi feito para a prorrogação da prisão temporária por mais cinco dias, mas a Justiça indeferiu o pedido. "Agora aguardamos uma posição do Gaeco para a soltura dele", diz o advogado. Ainda não se sabe qual o horário de soltura de Michelotto, que está preso no Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) da Polícia Civil.

O Ministério Público (MP) do Paraná informou que não vai se pronunciar sobre o assunto porque a investigação sobre Michelotto corre em segredo de Justiça.

Prisão

Michelotto e outros três membros da Polícia Civil foram presos no dia 10, acusados pelo Gaeco de envolvimento em esquemas de jogos de azar. Michelotto é suspeito de cometer os crimes de formação de quadrilha, prevaricação e corrupção ativa e passiva. A acusação envolve o caso conhecido como mansão-cassino. Em janeiro de 2012, quatro policiais civis estouraram, sem mandado judicial, uma mansão no bairro Parolin, em Curitiba, onde eram mantidos jogos de azar, como caça-níqueis.

15 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Comando do TRE

O desembargador Edson Vidal, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, foi eleito no começo da semana pelos membros da Corte como o novo presidente do TRE. Ele ficará responsável pela condução do processo eleitoral relativo às eleições de 2014. A posse está prevista para o dia 3 de fevereiro próximo.

Bens bloqueados

A Justiça da Comarca de Marechal Cândido Rondon (Oeste) determinou a indisponibilidade de bens do ex-prefeito Edson Wasem e dos outros réus em uma ação civil pública. No total, o valor dos bens bloqueados chega a R\$ 4,2 milhões. Além do ex-prefeito, a ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, atinge uma empresa de pré-moldados, empresários e corretores de imóveis do município. O Ministério Público (MP) aponta diversas irregularidades em procedimentos licitatórios realizados em 2004 e 2006, que destinaram uma chácara do município a uma empresa de pré-moldados. Segundo o MP, a alienação do terreno causou prejuízo ao erário, pois a avaliação encomendada pelo município, de idoneidade duvidosa, apresentou valor muito inferior ao praticado no mercado. O promotor de Justiça Caio Bergamo Marques da Silva também sustenta que, para evitar a concorrência com outros interessados, a licitação restringiu a destinação do imóvel para as atividades desempenhadas pela empresa beneficiada, direcionando o certame.

15 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Punição aos maus torcedores

Os únicos penalizados são os torcedores que gostam de assistir aos jogos pacificamente

Até quando os brasileiros assistirão atônitos imagens de pancadaria em estádios de futebol? Torcedores se digladiando, sem nenhum motivo, mas apenas com a certeza de que não serão punidos. O último episódio, ocorrido semana passada em Joinville (SC), entre as torcidas do Atlético Paranaense e do Vasco da Gama, chocou toda a sociedade. Deixou um saldo de quatro feridos e três presos. As imagens, exaustivamente exibidas, geraram uma grande repercussão no Brasil e no mundo.

Leis – como o Estatuto do Torcedor – existem, mas não são cumpridas. Depois de cada briga, o que se vê é um “jogo de empurra” entre autoridades federais, estaduais, municipais, Confederação Brasileira de Futebol e dirigentes dos clubes. Todos querem se eximir de responsabilidades. No entanto, é preciso punição. Clubes, organizadores dos eventos que não garantem segurança e torcedores envolvidos devem ser punidos.

Não adianta continuar com as sanções aplicadas atualmente. Já se mostraram

ineficazes. Determinar perdas de mandos de jogos para os clubes e propor acordos que afastem torcedores dos estádios não têm trazido resultados efetivos. Até agora, os únicos

penalizados são os torcedores que gostam de assistir aos jogos pacificamente. Esses é que são afastados dos estádios.

Além de punição efetiva, talvez seja preciso pensar em um outro modelo a ser implantado. Aprender com experiências positivas de outros países e adaptá-las à realidade nacional pode ser uma boa solução. A Inglaterra, por exemplo, conseguiu banir os hooligans dos estádios com a criação de uma agência independente que passou a regulamentar e regular as questões relacionadas ao futebol. Foi um modelo de sucesso.

É preciso agir rapidamente, uma vez que a Copa do Mundo de Futebol será realizada em seis meses. Nenhum brasileiro deseja ver novamente imagens de selvageria nos estádios e nem deseja que seja consolidada essa má fama internacionalmente. O futebol é patrimônio nacional e precisa ser restaurado.

16 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Projetos do TJ

enfrentam resistência

Curitiba - Alvo de polêmicas desde que foi enviado à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, no final do ano passado, o projeto de lei 638/2012, que altera a forma de recolhimento do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), será uma das 60 propostas apreciadas hoje em plenário pelos parlamentares da Casa. A matéria mantém as taxas em 0,2%, mas aumenta o teto relativo ao pagamento, dos atuais R\$ 817,90 para R\$ 1.822,88. O Funrejus é cobrado mediante transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios e tabelionatos.

A ideia inicial do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado era reajustar as alíquotas em 50%, para 0,3%. No entanto, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), considerou a medida "fora da realidade" e se negou a colocá-la em discussão. Com isso, ficou instituído um grupo de parlamentares para rediscutir os termos junto aos desembargadores. As conversas contaram com a participação também de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná.

Com o entendimento entre os dois poderes, o TJ mandou, no dia 9 de dezembro, uma emenda substitutiva geral formalizando as alterações. "Além de o aumento do teto repercutir em apenas 6% dos negócios jurídicos, justamente os de maior valor, as isenções já previstas na lei estadual 12.216/98 permanecerão em vigência, podendo ser feito menção, a título de exemplo,

aos atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 metros quadrados, destinadas à moradia própria ou à constituição de bens de família", diz trecho de nota enviada pelo Tribunal.

Críticas

Mesmo com as modificações, o projeto recebeu críticas dos setores produtivos do Estado. De acordo com a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (Ademi/PR), o aumento do teto está na contramão da política adotada pelos principais agentes públicos e financeiros do País, que visa a facilitar o acesso à habitação. A instituição argumenta que a medida pode gerar sérios entraves para a aquisição da casa própria no Estado, onerando o consumidor.

O Sistema Ocepar, formado por três sociedades que se dedicam ao desenvolvimento, capacitação e promoção social de cooperativas paranaenses, também se posicionou contrariamente à medida. O grupo defende a elevação do teto para até R\$ 1.226,70.

O deputado Douglas Fabrício (PPS) foi o único a dizer, publicamente, que irá votar contra "qualquer aumento". Já o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), afirmou que a proposta é justa, pois corrige uma distorção, fazendo "quem tem mais pagar mais".

Além das modificações do Funrejus, os parlamentares votam hoje o aumento de 11,45% nas custas cobradas pelos cartórios do Estado, instituído no projeto de lei 609/2013, e a extensão do direito à primeira progressão na carreira dos servidores do TJ por antiguidade. A última proposição, 670/2013, custaria R\$ 12 milhões anuais aos cofres públicos. A matéria 118/2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg), prevendo repasse de 0,2% da receita bruta dos cartórios, e a 670/2013, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário, completam a pauta do TJ hoje na AL. (M.F.R.)

14 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

À espera de recurso, João Paulo investe contra STF e imprensa

Único deputado ainda em liberdade rebate quem diz que mensalão foi o maior escândalo do País: 'Desvio do ISS foi maior'

João Domingos

Daiene Cardoso / BRASÍLIA

Para um auditório com metade das cadeiras ocupadas, o único deputado federal condenado no processo do mensalão em liberdade, João Paulo Cunha (SP), voltou a dizer ontem, durante o 5.º Congresso Nacional do PT, que não cometeu nenhuma irregularidade quando foi presidente da Câmara (2003 a 2005) e que a pena de 9 anos e 4 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal foi "injusta".

João Paulo foi condenado por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e peculato. Ele entrou com embargos infringentes, recurso previsto quando o réu é condenado por maioria apertada dos magistrados, e aguarda decisão do Supremo sobre os pedidos.

Para o parlamentar, corrupção não tem termômetro. "Se rouba R\$ 1 ou R\$ 1 milhão é a mesma coisa", afirmou. João Paulo comparou o mensalão com o escândalo dos fiscais que cometiam fraudes em um esquema de sonegação do Imposto Sobre Serviços (ISS) em São Paulo. O deputado disse que a Procuradoria-Geral da República apontou desvios de R\$ 141 milhões no mensalão, enquanto os desvios na capital paulista teriam chegado a R\$ 500 milhões.

Mais uma vez, João Paulo negou que tenha havido desvio de dinheiro público no mensalão. "A Visanet é privada e dizem que é dinheiro público; os empréstimos do PT foram comprovados pelo Banco Central e dizem que é desvio de dinheiro público", afirmou.

Para João Paulo, o País vive "tempos sombrios". "Daqui a 40, 50 anos, quando os historiadores se debruçarem sobre os registros desse caso em jornais e TVs, vão ver um Brasil. Mas se olharem a vida do povo, vão ver outro", disse. "Esse País que a elite registrou, por intermédio da mídia, é o País do ponto de vista deles. Não é o País do povo."

Cores. Na quarta-feira, em discurso na Câmara, João Paulo disse que não renunciará ao mandato e apresentou uma revista com sua defesa. Ontem, voltou a distribuir a publicação. João Paulo era o único a usar camiseta vermelha. Os parentes de outros condenados estavam de branco, segundo eles, em solidariedade aos presos, que só podem usar essa cor.

O ex-presidente da Câmara também criticou o que considera tratamento diferenciado aos réus do processo do mensalão mineiro - parte do caso foi desmembrado, o que garantiria mais de uma instância judicial.

João Paulo atacou a oposição por dizer que o mensalão é o maior escândalo político do Brasil. "Maior escândalo de quê? Eu já li que foi o maior escândalo político. Foi maior que a ditadura militar? Foi maior que o Estado Novo? Foi maior do que a escravidão? Foi maior do que deixar as mulheres sem votar até 1932? Foi maior do que deixar os analfabetos sem votar até 1989? Foi maior do que deixar o índice de analfabetismo que temos até hoje? Foi o maior escândalo político?"

● Comparativo

"Eu já li que (o mensalão) foi o maior escândalo político. Foi maior que a ditadura militar? Que o Estado Novo? Que a escravidão?"

João Paulo Cunha

DEPUTADO FEDERAL (PT-SP)

14 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-secretário de Justiça lança livro com ataques a Lula

Em 'Assassinato de Reputações – Um Crime de Estado', Romeu Tuma Júnior faz série de acusações ao ex-presidente e ao seu partido, o PT

O ex-secretário Nacional de Justiça Romeu Tuma Júnior lançou ontem o livro *Assassinato de Reputações – Um Crime de Estado*, no qual ataca Luiz Inácio Lula da Silva e acusa o partido do ex-presidente, o PT, de utilizar a máquina do governo federal para montar dossiês contra adversários.

Tuma Júnior, que é delegado, foi secretário do Ministério entre 2007 e 2010, durante o segundo mandato de Lula na Presidência da República. Na época, foi demitido por suspeitas de envolvimento com a chamada máfia chinesa. Parte do conteúdo do livro foi revelada na edição da semana passada da revista *Veja*.

Em uma das acusações mais polêmicas feitas no livro lançado ontem, o delegado afirma que Lula foi informante da ditadura. Segundo escreveu Tuma Júnior, o então líder sindical repassava dados sobre greves sob o codinome de "Barba" ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), onde atuava seu pai, Romeu Tuma. O petista ficou preso em 1980 por 30 dias no Dops, após greves no ABC.

Segundo Tuma Júnior, ao dar informações ao governo militar, Lula garantiu "privilégios" na prisão. O livro do delegado lista como privilégios noites de sono em um sofá do Dops e uma visita à mãe, dona Lindu, que estava gravemente doente.

Procurado, o Instituto Lula informou ontem que o ex-presidente não iria fazer comentários.

Reputações. Boa parte do livro é dedicada ao que o delegado chama de "assassinato de reputações". Diz que o então ministro da Justiça e hoje governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, o assediava para que vazasse documentos que prejudicariam adversários. Ele cita o caso do cartel que começou a ser investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 2008.

Segundo Tuma Júnior, "começou a sair na imprensa que vinha informação da Alstom envolvendo os tucanos". "Um dia chegou o documento da Suíça, em nome da secretaria. Falei para não mandarem para o Ministério Público ainda: 'Lacrem o envelope, tragam para mim e avisemos ao ministro, porque chegou a bomba dos documentos da Alstom'", escreve. As informações tinham como alvo principal Robson Marinho, ex-chefe da Casa Civil do governo tucano de Mário Covas. Eram relatórios enviados voluntariamente pelo país europeu. O ex-secretário de Justiça relata que, mesmo sendo documentos compartilhados por poucas pessoas, eles acabaram vazando mesmo assim.

Ele também critica a ação de parte dos promotores paulistas. "É importante registrar: no Ministério Público de São Paulo existe uma ala que sempre protegeu tucanos de alta plumagem".

Tuma Júnior também acusa outro ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, de pedir para que o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), fosse investigado

após dizer que Lula sabia do mensalão. A ordem ao ministro, diz Tuma Júnior, teria sido dada por Gilberto Carvalho, braço direito do ex-presidente. Carvalho afirma que vai processar o delegado.

'Armação'. O ex-secretário Nacional de Justiça atribui a sua demissão do cargo, em 2010, a uma "armação" do governo Lula com o Estado.

Em 5 de maio de 2010, o jornal publicou reportagem revelando que a Polícia Federal tinha interceptado gravações e e-mails ligando-o a Li Kwok Kwen, o Paulo Li, acusado de ser um dos chefes da máfia chinesa em São Paulo.

A quadrilha era suspeita de ser especializada em contrabando de telefones celulares e venda de vistos permanentes.

"A pergunta que faço é: o que era mais importante para o Estadão noticiar? A foto do 'chefe da máfia', um chinês, com o secretário Nacional de Justiça na China, ou entregando um presente para o presidente Lula (...)? Eu respondo: é óbvio que, se não fosse armação do governo com o jornal, se o indivíduo fosse mesmo um mafioso, o Lula estaria na capa do Estadão e não eu", escreve, referindo-se ao fato do então suspeito de integrar a máfia chinesa aparecer em várias fotos ao lado de autoridades da República.

14 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO IPTU: Prefeitura ainda não definiu recurso

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), disse ontem que ainda não definiu qual estratégia jurídica vai adotar para tentar derrubar a liminar que suspendeu o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no próximo ano. A Prefeitura tem até a próxima terça-feira para tomar a decisão. O impasse se deve ao fato de que o acórdão julgado na quarta-feira ainda não foi assinado pelo relator, o desembargador Péricles Piza. Por isso, deve demorar pelo menos mais dois dias para ele ser publicado.

A Justiça paulista entra em recesso no dia 20 e, sem a publicação, a única opção de Haddad é apresentar o pedido de suspensão de liminar ao Supremo Tribunal Federal (STF) sem nem ter acesso ao documento. A estratégia é incomum e até mesmo arriscada, já que, neste caso, os ministros não terão subsídio para julgar o caso.

Na última vez em que o Supremo recebeu pedido semelhante, em 2011, o então presidente Cezar Peluso deu uma decisão contrária. Ele negou o recurso apresentado pelo município de São Luís, que havia aprovado reajuste de até 8.000% no IPTU de algumas regiões da capital do Maranhão.

Além do precedente, o que pode prejudicar ainda mais a Prefeitura é a possibilidade de ao menos dois desembargadores que votaram contra a liminar solicitarem o direito de publicar seus votos juntamente com o acórdão. Nesse caso, o documento não sairia antes da próxima quinta-feira, um dia antes do recesso.

Opções. Com a publicação da decisão, a Prefeitura tem outras duas opções: tentar pedir reconsideração no próprio colegiado do Tribunal de Justiça, onde 22 de 25 desembargadores foram favoráveis à suspensão da lei, ou fazer uma solicitação direta ao presidente do tribunal, Ivan Sartori. No primeiro caso, o julgamento ficaria para fevereiro. Por enquanto, a posição da gestão Haddad é de cautela e silêncio. / A.F., D.Z., LUCIANO BOTTINI FILHO e ARTUR RODRIGUES

15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Legislação. Possível proibição de doações de empresas privadas a candidatos, que já teve voto favorável de quatro ministros, na semana passada, é só um dos 13 itens que aguardam julgamento na Corte e podem mudar as regras do sistema eleitoral brasileiro

Supremo avança com reforma política enquanto debate 'dorme' no Congresso

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Enquanto o Congresso patina na discussão da reforma política, o Supremo Tribunal Federal tem em sua pauta mudanças radicais no sistema eleitoral brasileiro. Além da já iniciada votação sobre a proibição de doações de empresas para campanhas, quase concluída na semana passada, os ministros da Corte terão pela frente em 2014 ao menos outras 12 ações importantes sobre o tema, segundo levantamento realizado pelo Estado.

Se levadas a cabo pela via judicial, essas mudanças devem consolidar o Supremo como protagonista na definição da legislação político-eleitoral do País.

Esses processos podem interferir na relação do Judiciário com os outros Poderes e aumentar as críticas a ele por parte de políticos. Foi o que se viu na semana passada com o julgamento sobre a proibição de doações por parte das empresas privadas - 4 dos 11 ministros já deram votos favoráveis à proibição; o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki e deverá ser retomado em 2014, já que no próximo dia 19 o plenário do STF entrará em recesso e só voltará a se reunir em fevereiro.

Integrantes de praticamente todos os partidos criticaram o julgamento. O presidente nacional do PSDB e provável candidato a presidente da República, senador Aécio Neves (MG), declarou com todas as letras não gostar desse ativismo. "Nas vezes em que (o Supremo) decidiu (sobre regramento do sistema político), não decidiu a favor, infelizmente, do aperfeiçoamento do processo político brasileiro."

O ministro Luís Roberto Barroso chegou a fazer um apelo ao Congresso para que seja aberto um diálogo entre os dois Poderes com o objetivo de estabelecer regras para o sistema eleitoral. Falou ainda que o papel da Corte ao debater esse assunto é de ser vanguarda. "Às vezes é preciso uma vanguarda iluminista que empurre a história, mas que não se embriague desta possibilidade, pois as vanguardas também são perigosas quando se tornam pretensiosas."

Foi mais um passo nessa tendência cada vez maior do STF de avocar para si responsabilidades que outros poderes, em especial o Legislativo, deixam de lado. Entre outras ações que podem ser julgadas e afetar o sistema político está uma apresentada em 2009 pelo PDT. O partido questiona a minirreforma eleitoral sancionada naquele

ano pelo presidente da República. O texto trata de vários pontos das campanhas eleitorais, como debates, propaganda e internet, impugnação de candidaturas e inelegibilidade.

Também será decidida uma ação que poderá regulamentar o uso das redes sociais para fazer propaganda eleitoral.

Recentemente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) modificou o entendimento que proibia pré-candidatos de postarem mensagens de conteúdo eleitoral no microblog Twitter antes de julho do ano da eleição. Em setembro, a maioria dos ministros do tribunal concluiu que as mensagens postadas nessa rede social não caracterizam campanha antecipada e, portanto, estão liberadas em qualquer época. Não houve ainda decisões a respeito de outras redes sociais, como o Facebook.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO 15 DEZ 2013

CONTINUAÇÃO

Isso certamente deverá provocar ações ao longo do processo eleitoral de 2014. Tramitam ainda no STF processos que tratam da nova forma de distribuição das cadeiras de deputados federais e estaduais. Uma resolução deste ano do TSE redistribuiu o número de deputados, alterando a representação de alguns Estados. A Câmara, porém, derrubou a decisão por decreto. A polêmica, portanto, terá de ser resolvida no Supremo.

Não há, contudo, um calendário pré-agendado para o julgamento dessas ações. Isso porque, ao chamar um processo a votação, o Supremo não segue uma lógica cartesiana. A ação sobre doações de empresas para campanhas políticas, por exemplo, foi proposta em 2011 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na lista das outras 12 ações que tratam de assuntos políticos e eleitorais que serão julgados, há um processo que chama atenção pela antiguidade: foi proposto em 1998 pelo extinto PL (atual PR) e discute a regra segundo a qual um partido só pode disputar cargos eletivos se tiver sido criado, no mínimo, um ano antes da eleição. A ação foi incluída na pauta de julgamentos do plenário do STF há mais de um ano, mas até agora não foi analisada.

Antecedentes. O protagonismo do Supremo em questões relativas à reforma política já pôde ser observado no passado. Foi assim ao obrigar, em 2002 e 2006, as coligações estaduais a seguirem os mesmos critérios da coligação nacional – a chamada verticalização. Ou em 2007, quando decidiu que os mandatos pertencem aos partidos, não aos políticos.

Mais recentemente, em 2010, julgou ser constitucional a Lei da Ficha Limpa já para aquele pleito, o que provocou múltiplos efeitos na vida política nacional antes e depois da disputa. Quando o Congresso Nacional conseguiu aprovar a cláusula de barreira, em 2006, o STF derrubou a decisão.

Em todas

Não foi só nas questões eleitorais que o STF acabou tomando o lugar do Congresso. Nos últimos anos, decidiu, por exemplo, sobre aborto de anencéfalos e sobre a união de homossexuais.

NAMIRA DO STF

Temas que envolvem mudanças político-eleitorais que aguardam julgamento pelo Supremo:

1. Doação de empresas para campanhas eleitorais. O tema já tem quatro votos pela proibição e será definido no ano que vem.

2. Divulgação dos nomes dos doadores e dos valores doados a candidatos durante o período de campanha a fim de dar mais transparência ao processo.

3. Definição de prazo legal para se fazer questionamentos a respeito de doações de campanhas em valor superior ao permitido.

4. Definição de prazo para controle das contas de campanha.

5. Definição sobre se candidatos com contas desaprovadas podem ou não obter certidão de quitação eleitoral.

6. Responsabilidade por dívidas de diretórios partidários.

7. Condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade de candidatos.

8. Destino dos votos dados a candidatos com registro negado.

9. Outra definição: criação de partido é ou não é justa causa para desfiliação partidária?

10. Definição sobre a distribuição das cadeiras de deputados federais e estaduais. Matéria foi alvo do Tribunal Superior Eleitoral e da Câmara.

11. Definição do que é e o que não é permitido em termos de propaganda nas redes sociais.

12. Validade ou não de minirreforma eleitoral.

13. Definição do prazo para criação de um partido que pretende disputar cargos eletivos.

15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

ANÁLISE: *Almir Pazzianotto Pinto*

Judicialização da política, politização do Judiciário

Sem motivo a rebelião do Legislativo contra o Supremo ocorrida por causa da votação sobre a proibição de doações de empresas privadas. O fenômeno denominado judicialização da política, ou politização do judiciário, ocorre quando o Poder encarregado de legislar se omite, deixa de lado problemas graves, tornando indispensável pronta manifestação do Estado.

O País aguarda por reformas, entre elas a política, há décadas. Câmara dos Deputados e Senado, entretanto, invertem a ordem de prioridades, se ocupam de questões menores, ou colocam no freezer, por preguiça, ou represália, matérias sobre as quais deveriam legislar bem, e rapidamente.

Invasão de esferas de competência, estabelecidas pela Constituição Federal, não é novidade. No passado o Executivo desafiava o Legislativo com decretos-leis, hoje abusa das medidas provisórias.

Provocado por quem dispõe de legitimidade e competência, o Supremo é obrigado a se manifestar para suprir a ausência do Legislativo, como sucedeu quando legislou sobre aviso prévio e adicional de insalubridade. O barulho agora decorre do fato de o STF enfrentar temas de natureza eleitoral, como financiamento público de campanhas, número de deputados por Estado, votos dados a candidatos envolvidos em acusações de natureza criminal, e assim sucessivamente. Sob a presidência de algum ministro acomodado, o Supremo adormeceria. Não é o que se passa hoje. Deixemos, portanto, o Supremo funcionar. Quem sabe o Legislativo desperta, toma bríos e trabalha.

ADVOGADO, FOI MINISTRO DO TRABALHO E PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)

O ESTADO DE S. PAULO

DORA
KRAMER

15 DEZ 2013

De mal a pior

Não têm sido boas, na semana passada pioraram e tendem a se deteriorar de vez as relações entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal caso não seja feito um arranjo no meio dos dois campos para se chegar a um entendimento sobre os limites de atuação de cada um dos Poderes.

O Judiciário justifica que age no vácuo da inércia do Legislativo que, por sua vez, se sente usurpado em suas prerrogativas e já começa a preparar atos de revide explícito.

Na visão de um líder de bancada expressiva na Câmara, o Supremo pretende levar o Parlamento “ao corner” ao tentar proibir o financiamento de campanhas por empresas privadas com base no princípio da igualdade entre os cidadãos (cláusula pétrea da Constituição) só para impedir que deputados e senadores anulem a decisão por meio de emenda autorizando aquelas doações.

Cláusulas pétreas, como assenta a expressão, não podem ser modificadas. Em contrapartida, já se articulam no Congresso dois tipos de medidas: uma contra a Ordem dos Advogados do Brasil, autora da ação de inconstitucionalidade das doações corporativas, outra para atingir os ministros do Supremo.

Na quinta-feira, quando ficou clara a disposição de proibir as doações, os parlamentares começaram a falar de novo em acabar com as provas para obtenção de registro na OAB.

O fim do “exame da Ordem” já sofreu duas derrotas no Congresso, mas diante do assunto posto em pauta pela entidade, muitos dos que eram contra vão ficando a favor: há movimentação para pedir votação em regime de urgência para esta semana, antes do recesso.

Outra reação ficaria para o ano que vem, quando concluído o julgamento interrompido pelo pedido de vista do ministro Teori Zavascki. A ideia é retomar a proposta de estipular um tempo de mandato para os ministros, que hoje só saem do cargo por desistência voluntária ou por aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

Falta de interlocução deteriora relação do Congresso com o STF

O clima é de beligerância crescente pelo acúmulo de decisões judiciais que o Congresso acredita de sua exclusiva competência, culminando com essa questão do financiamento. Da perspectiva dos parlamentares, agora o STF entrou em área de ameaça à sobrevivência eleitoral de cada um deles.

A falta de diálogo entre os dois Poderes é patente. O espaço para interlocução, várias vezes utilizado quando questões sensíveis mereciam abordagens diretas entre as cúpulas do Legislativo e do Judiciário, ficou interdito desde a posse de Joaquim Barbosa na presidência do STF. Ele é visto como um oponente. Por alguns, possível concorrente.

Há questionamento sobre a oportunidade de uma decisão sobre doações perto de uma eleição presidencial e o temor de que isso tumultue o processo. A ação da OAB chegou ao Supremo há dois anos.

E por que nesse meio tempo o Congresso não se mexeu para legislar sobre o financiamento? A resposta que se ouve é bastante óbvia: porque o Congresso quer manter as regras atuais e, se assim o deseja, considera que tem o direito delegado pelo voto popular de tratar o assunto como acha que deve ser tratado.

Não há, por esse raciocínio, base institucional para o Supremo acumular as funções de legislador e julgador. Nem haveria lógica formal na declaração de inconstitucionalidade do sistema de arrecadação em vigor que elege presidentes que indicam ministros do Supremo, cuja nomeação é confirmada por senadores também eleitos pelo mesmo sistema.

Seriam, então, todos ilegítimos, o processo estaria todo viciado por inconstitucional? Em face da realidade, a pergunta soa meramente retórica. Mas, se interesse houvesse das partes, poderia muito bem servir como ponto de partida para a construção de um ambiente mais afeito à convivência entre as instituições que ao clima de ringue de luta livre que assola a capital da República.

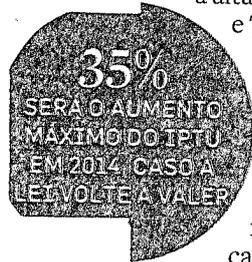
15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO



IMPOSTO Haddad defende alta do IPTU para ricos

O prefeito Fernando Haddad (PT) voltou a defender ontem a alta do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 2014 na cidade. A lei está suspensa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo Haddad, quem mora em regiões ricas da capital, como os Jardins, por exemplo, deve pagar mais. O prefeito, no entanto, não revelou qual estratégia vai adotar para cassar a liminar e autorizar o aumento.



Caras e bocas

A oposição da **mídia monopolizada**
é mais forte que a oposição política

RUI FALCÃO, presidente do PT, sobre a necessidade de democratização da mídia

A boca e a língua do justo

A Constituição de 1988 é um marco da constitucionalização do Direito, vale dizer, do empenho de impregnar todo o ordenamento jurídico dos preceitos constitucionais, com destaque para a tutela dos direitos humanos, positivados de maneira abrangente no texto constitucional.

Nesse contexto, a Constituição ampliou as competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e ensejou sua intervenção em temas sensíveis da vida política e social. São exemplos as decisões sobre pesquisas com células-tronco, aborto de anencéfalos, cotas raciais, demarcação de terras indígenas. Foi nesse quadro que o Supremo se foi abrindo para a sociedade por meio de audiências públicas e da aceitação de *amicus curiae* em processos.

Emblemático nesse sentido, e antecipador dessas tendências, é o caso Ellwanger, decidido pelo STF em 2003, há dez anos, no qual teve determinante e destacada atuação o ministro Maurício Corrêa. Soube ele, no correr do processo, encaminhar, com discernimento e firmeza, os dois grandes temas submetidos à apreciação da Corte: 1) Antissemitismo é racismo?; e 2) a liberdade de manifestação do pensamento abrange a divulgação de escritos de ódio (*hate speech*) a que se dedicava Sigfried Ellwanger como editor e autor, publicando, de maneira sistemática e constante, livros de propaganda antissemita e de denegação do Holocausto?

O relator inicial do caso, ministro Moreira Alves, deu interpretação restritiva ao texto constitucional, que qualifica a prática do racismo como crime, e à correspondente legislação infraconstitucional especificadora do que constitui prática

A sociedade deve a Maurício Corrêa uma leitura não racista do crime de racismo

do racismo. Entendeu que a prática da discriminação racista incide exclusivamente contra o negro e que os judeus, não sendo uma raça, não se enquadram no âmbito das garantias constitucionais previstas.

O ministro Maurício Corrêa percebeu o equívoco dessa orientação, que não levava em conta nem a multiplicidade das origens da sociedade brasileira e, portanto, a amplitude de que se pode revestir o crime da prática do racismo, nem o sentido axiológico do artigo 3.º, IV, da Constituição de 1988, que estabelece como um dos objetivos da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Pedi vista do processo e subsequentemente me instou a atuar como *amicus curiae*, tendo em vista que a decisão do STF seria de interesse da sociedade brasileira e teria repercussão geral.

O julgamento do caso Ellwanger concluiu-se em 17 de setembro de 2003. O ministro Maurício Corrêa foi o relator da ementa do acórdão, que concluiu: 1) O antissemitismo é uma prática de racismo, pois não existem “raças”, mas apenas uma espécie, a espécie humana, e todos os seres humanos podem ser vítimas da prática de racismo; e 2) o preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o “direito à incitação do racismo”. Registro, com admiração e respeito, suas palavras: “Escrever, editar, divulgar e comercializar livros ‘fazendo apologia de ideias preconceitu-

sas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade”.

Escreveu ainda: “Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela segmentação da pele, formato dos olhos, altura, pelos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais. A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista”.

Portanto, “a edição e publicação de obras escritas veiculando ideias antissemitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o Holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao discrimen com acentuado conteúdo racista, reforçadas pelas consequências históricas dos atos em que se baseiam. Discriminação que, no caso, se evidencia como deliberada e dirigida especificamente aos judeus, que configuram ato ilícito de prática de racismo, com as consequências graves que o acompanham”.

CONTINUA

15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sobre a liberdade de expressão, afirmou que se trata de garantia constitucional que não se tem como absoluta, já que há limites morais e jurídicos, e que o direito à livre expressão não pode abrigar manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal: “O preceito fundamental da liberdade de expressão não consagra o ‘direito à incitação do racismo’, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os direitos contra a honra”.

A sociedade brasileira deve a Maurício Corrêa uma leitura de repercussão geral não *racialista* do crime da prática do racismo e uma sensibilidade jurídico-política sobre os riscos, para uma sociedade democrática, dos escritos de ódio. E a comunidade judaica deve a ele, numa época de maré montante do antissemitismo, uma sensibilidade própria em relação à tutela dos seus legítimos direitos.

Antes da passagem bíblica em que Salomão decide a quem dar a criança objeto de disputa entre duas mulheres, há outra em que o jovem rei pede ao Senhor que lhe dê um coração compreensivo que lhe permitisse julgar, discernindo entre o bem e o mal. Foi um coração compreensivo dessa natureza que norteou o ministro Maurício Corrêa na condução do caso Ellwanger. Por isso cabe evocar o Salmo (37:30): “A boca do justo fala da sabedoria; e a sua língua fala do que é reto”.

●
PROFESSOR EMÉRITO DO
INSTITUTO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA USP

Pão, circo e violência

Vespasiano, o imperador, em 22 de junho de 79 d.C., pouco antes de morrer, em carta ao filho Tito aconselhava-o a concluir a construção do *Colosseum* (Coliseu), que lhe daria “muitas alegrias e infinita memória”. Pois, entre um banheiro, um banco de escola ou um estádio, o povo preferia sentar-se nas arquibancadas deste. O conselho fundamentava-se na ideia de que seduzir a plebe com pão e circo era a melhor receita para diminuir a insatisfação popular contra os governantes. Tito acabou inaugurando o famoso anfiteatro, no centro de Roma, com cem dias de festa. Descortinava-se ali a era do *panis et circensis*, que consistia em proporcionar, naquela arena, espetáculos sangrentos entre gladiadores e distribuição gratuita de pão. Implicava alto custo para os cofres do Império, com elevação de impostos e economia destrocada, mas a prática populista emprestava enorme prestígio aos imperadores romanos.

É sabido que os jogos, ao longo da História, funcionaram como verniz para lustrar a imagem de governantes. Hoje a estratégia para cooptar a simpatia das populações por meio das artes/artimanhas e do entretenimento continua a receber atenção de administradores públicos de todos os quadrantes. Não por acaso, nossas arenas esportivas, que se prepararam para abrigar os jogos da Copa de 2014, deverão colorir o portfólio de feitos do governo.

O que tem mudado na paisagem dos espaços lúdicos não é a ambição dos condutores dos Estados de se alçarem aos píncaros da fama, mas o comportamento das plateias. Espectadores que outrora fruía a catarse

Espectadores que antes fruía a catarse dos embates esportivos hoje se tornam gladiadores

dos embates esportivos, exaltando ou deplorando o desempenho de contendores, tornam-se eles próprios competidores, lutadores, gladiadores, disparando uns contra outros não só a arma das imprecações, mas armas de fogo, e partindo para a violência física. A alteração comportamental de quem vai aos estádios é preocupante, principalmente em nosso território, que elege o futebol como esporte nacional e se depara, a cada campeonato, com os novos sujeitos, as chamadas torcidas organizadas. O fenômeno tomavulto ante o risco de o Brasil vir a ser, por excelência, o palco da violência futebolística, pela constatação de que o aparato da segurança pública tem sido ineficaz para debelar a desordem e a pancadaria nas arquibancadas, a par de medidas paliativas, como cerceamento do acesso de torcedores a estádios, majoração do preço de ingressos, jogos com portões fechados, perda de mando de campo e multas aos clubes.

De pouco adiantará administrar tensões e conflitos sob o escudo policial-repressivo. Como se diz no vulgo, o buraco é mais profundo e está embaixo. A mobilização de pessoas para a formação de grupos e a organização de torcidas obedecem a nova ordem que impregna a dinâmica social no mundo contemporâneo. A competição assume posição singular em todos os setores, espaços, categorias profissionais e classes sociais. As massas fragmentam-se em núcleos, cada qual com seus discursos, bandeiras, uniformes, armas e instrumentos. Os avanços civili-

zatórios nos campos da macroeconomia, da política e da cultura abrem comportamentos diferentes, multiplicando as pequenas organizações sociais e gerando novos polos de poder.

Os espaços urbanos ganham novos contornos, a esfera do trabalho traz novos desafios e a busca de uma identidade passa a ser central para os indivíduos, principalmente os jovens, motivados a expressar valores como masculinidade, coragem, companheirismo, coesão, solidariedade, sentimento de pertencer a um grupo. Fazer parte de torcidas como Mancha Verde, Gaviões da Fiel, Independente passou a ser referência para habitantes de cidades congestionadas, carentes de serviços e lazer.

Ao escopo semântico – em que se agrupam as agruras sociais – adiciona-se uma estética de diferenciação, caracterizada pelas cores (verde, vermelho e preto, preto e branco, azul, amarelo canarinho), pelos símbolos (gavião, porco, urubu, galo, raposa, coelho, timbu, baleia, leão), pela vestimenta com os dizeres da moda, pelo estilo de andar, de pensar, de perambular em bandos. E fechando o circuito, a espetacularização midiática, por meio da qual os torcedores poderão ver nas telas da TV seus gestos, feições alegres ou crispadas de ódio e ouvir gritos de guerra.

CONTINUA

15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Condenar as turbas com designativos de vândalos, bandidos, selvagens, adensar forças policiais em estádios, continuar a usar meios tradicionais, como punição a clubes, não conseguirão eliminar a violência das torcidas organizadas. Mais cedo ou mais tarde, os atos voltarão. O disciplinamento é a ordem hão de levar em conta a elevação de padrões comportamentais, ancorada no esforço de educação (reeducação) de torcedores fanáticos. Não se trata de promover meras ações de marketing cultural – eventos festivos e associativos para alinhamento dos torcedores ao espírito do clube –, mas um amplo programa com o objetivo de compor um ideário voltado para engrandecer o espírito da democracia, com respeito aos princípios da ordem e da disciplina, que não devem ser incompatíveis com o entusiasmo das torcidas.

É evidente que ante a moldura de extrema competitividade e crescente agressividade entre grupamentos sociais um esforço nessa direção não será tarefa fácil. O que aqui se propõe é uma ação cívica dos clubes de futebol na tentativa de ajudar o Estado brasileiro a melhorar a argamassa do edifício da cidadania. É inimaginável que torcidas se vejam como inimigas tomadas de ódio e virulência; e que o “sarro” tirado por um bandeirinha na direção de um grupo nas arquibancadas, o apito errado de um juiz, um ato menos educado de um policial ou um xingamento de torcedor sejam motivo para pancadaria.

Nem Vespasiano nem Tito imaginariam que, um dia, o *distico panis et circensis* seria acrescido de *violentia*. Fosse assim, o velho Coliseu não estaria em pé.

JORNALISTA, PROFESSOR
TITULAR DA USP, É CONSULTOR
POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO
TWITTER: @GAUDTORQUATO

O ESTADO DE S. PAULO 15 DEZ 2013

UM OUTRO
OLHAR

O torcedor na cruz



15 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A selvageria na Arena Joinville chocou espectadores e surpreendeu até quem estuda há anos a violência no futebol.

“Foi um conflito homicida”,

define o sociólogo **Mauricio Murad**, um dos maiores pesquisadores do tema.

Ele não prega o fim das organizadas:

“Os vândalos correspondem a menos de 7% de seus integrantes”.

Mas reconhece a convivência da cartolagem com esses arruaceiros. Das polícias, Murad espera mais inteligência para prevenir os confrontos, conter a multidão e tirar definitivamente de cena os culpados.

Dos governos, menos ilusão com o crescimento econômico e mais atenção à recente conquista do nosso futebol: campeão mundial de mortes de torcedores

14 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

AÇÃO POPULAR ANULA A ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS!

Ex-vereador de Castro, Edson Benedito Teixeira Strickert, teve sucesso com agravo em Ação Popular que prosperou e ganhou decisão na 3ª Vara da Fazenda Pública, em Curitiba, assinada pelo Juiz Roger Oliveira, anulando a eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, que escolheu o ex-deputado Fabio Souza Camargo. Mais um capítulo nesta polêmica matéria que vem se arrastando desde meados do ano quando várias situações irregulares avalizadas pela Assembleia Legislativa deram escolha a um novo conselheiro do TC. Recomendando nova disputa entre os dois deputados que foram os mais votados entre candidatos ao cargo, a decisão virou mais uma cacetada em assunto que mantém fora do cargo o filho do ex-presidente do TJ-PR.



IMPACTO PARANÁ 14 DEZ 2013

MAIS UMA CACETADA JUDICIAL DERRUBA FABIO SOUZA CAMARGO COMO CONSELHEIRO DO TC!

Desta vez foi uma Ação Popular nº 004758-38.2013.8.16.0004, cuja sentença divulgada pela 3ª Vara da Fazenda Pública do Paraná, por decisão do Juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, foi dada a conhecimento público para cumprimento imediato, que julgou extinto o feito que garantiu a eleição do ex-deputado como conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, considerando procedente o pedido que teve como Requerente Edson Benedito Teixeira Strickert, residente em Castro, e que colocou como Requeridos O Estado do Paraná, a Assêmblea Legislativa, o Tribunal de Contas e Fabio de Souza Camargo.

A decisão foi tomada dia 10 do corrente, constituindo-se em mais uma decisão que não deixa a menor dúvida na área judicial quanto às ilegalidades praticadas com aqueles atos que transformaram o ex-deputado estadual em novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nesta Ação Popular, além de extinguir os atos que deram base a citada nomeação, decide-se também que deverá ocorrer um segundo turno, que não houve na oportunidade, envolvendo os deputados Fabio Camargo e Plauto Miró Guimarães Filho.

Leia os principais detalhes deste documento judicial que se constitui em uma nova e senhora cacetada, como se diz popularmente, nas decisões que embasaram uma suspeita escolha de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Com a decisão anterior a respeito do assunto, advinda de ato assinado pela Desembargadora Regina Portes, em nome do Tribunal de Justiça, fica claro que a nova "cacetada judicial", identifica plenamente os muitos vícios que cercaram aquele procedimento de escolha de um novo conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Resta saber, a esta altura, como procederá a Assêmblea Legislativa cujos procedimentos irregulares em tal situação têm agora a oportunidade de uma devida correção.

14 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

Perguntar não ofende

● Tem possibilidade de volta do desembargador Clayton Camargo para a presidência do Tribunal de Justiça?

GENTE, GENTE, GENTE



Clayton Camargo foi apenas o primeiro, pois sua família acabou sendo alcançada por outras situações que identificam mudanças radicais em domínios familiares que por longos anos dominaram as áreas do Poder no Judiciário e na política paranaense. Depois do mesmo seu filho, Fábio Camargo também foi alcançado por identificações comprometedoras por conta do tráfico de influência, que já desembarcou como conselheiro do Tribunal de Contas, e seu irmão Cresus Camargo, que andou perdendo cartório. Na lista, também, consta como envolvida em processos em exame, a filha, Vanessa Camargo, denunciada por conta de situações de falências.

IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osmann de Oliveira
Advogado

14 DEZ 2013



República Federativa do Brasil
Poder Judiciário
Foro Central
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Estado do Paraná

Bel. Nilo U. de Souza Sampaio
Bel. Paulo Costa
Bel. Francisco de Assis de Santiago
Bel. Alvaro de Souza Santiago
Bel. Carlos Eduardo de Godoy
Bel. Adenilson de Souza
Bel. Fernando de Souza
Bel. Roberto de Souza
Bel. Roberto de Souza

CONDOR SUPERCENTER

Como Otorgado:

| Diário | Data | Tabelionato de Notas | Livro | Folha | Libertação | Otorgante | Natureza |
|--------|------------|---------------------------------|-------|-------|------------|--|--------------|
| 28454 | 02/12/2000 | Cartório Distrital do Paranaguá | 290 | 46 | 05/12/2000 | CONDOR SUPERCENTER LTDA | DECLARATÓRIA |
| 18428 | 08/11/2001 | Cartório Distrital do Umbará | 243 | 97 | 05/11/2001 | BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL | CENOTÁRIO |
| 21045 | 04/11/2002 | Cartório Distrital do Umbará | 265 | 132 | 11/10/2002 | KAFAM ABDULLAH AGROPALHA | CESSÃO |
| 24181 | 04/12/2002 | Cartório Distrital do Umbará | 264 | 93 | 03/12/2002 | SALLMA DOS SANTOS LIMA | RESCISÃO |
| 24353 | 05/12/2002 | 4º Tabelionato de Notas | 900 | 172 | 04/12/2002 | GRANDEZINHA MADRIFERA AGRICOLA LTDA | CENOTÁRIO |
| 24334 | 06/12/2002 | 1º Tabelionato de Notas | 428 | 174 | 04/12/2002 | GRANDEZINHA MADRIFERA AGRICOLA LTDA | CENOTÁRIO |
| 24335 | 06/12/2002 | 4º Tabelionato de Notas | 820 | 178 | 04/12/2002 | GRANDEZINHA MADRIFERA AGRICOLA LTDA | CENOTÁRIO |
| 29678 | 20/12/2002 | Cartório Distrital do Umbará | 205 | 53 | 23/12/2002 | EDSON VALES BASTOS LOPES | DEclaratÓria |
| 29681 | 20/12/2002 | Cartório Distrital do Umbará | 206 | 40 | 20/12/2002 | EDSON VALES BASTOS LOPES | CENOTÁRIO |
| 42723 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 288 | 85 | 27/12/2003 | ADRIANA MARCELINA | CENOTÁRIO |
| 42727 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 289 | 68 | 27/12/2003 | ANTONIO OSVALDO COSTA ALVARO | CENOTÁRIO |
| 42727 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 289 | 80 | 27/12/2003 | 1167 MANDA DA SILVA | CENOTÁRIO |
| 42728 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 290 | 82 | 22/12/2003 | JOSMAR CARLOS GRANDI | CENOTÁRIO |
| 42729 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 290 | 94 | 22/12/2003 | ANTONIO OSVALDO COSTA ALVARO | CENOTÁRIO |
| 42730 | 27/12/2003 | Cartório Distrital do Umbará | 290 | 112 | 20/12/2003 | EDSON VALES BASTOS LOPES | CENOTÁRIO |

PDF Editor

O ESCÂNDALO DOS PRECATÓRIOS

O título desse comentário diz tudo: empresas particulares como o “Condor Super Center LTDA.” compraram por preços baixíssimos créditos oriundos de decisões judiciais e com eles quitaram impostos junto aos órgãos fazendários.

A “mina” era explorada sob o disfarce de procurações. Então Secretário de Estado, no Paraná, denunciou a “mumunha” e ninguém mais conseguiu receber através de mandatos. O “Condor Super Center” passou a capitanear a aquisição de precatórios sob outro enfoque. Agora os “vendedores” de direitos mobiliários passaram a assinar escrituras públicas de “cessão” de direitos e declaratórias mesmo de caráter hereditários.

Todos os instrumentos públicos são realizados em duas serventias de foro extrajudicial: Cartório de Umbará e 6º Tabelionato de Notas de Curitiba. Feito isso, com aparência de honestidade, o “condor” requer, em juízo, o

cumprimento das avenças.

É um escândalo!

Enquanto os pequenos ficam na fila de espera aguardando receber os seus créditos os grandes, antigamente chamados de “tubarões”, levam a melhor. Pagam ninharia pelos créditos que adquirem e ganham milhões na negociação dos precatórios.

Esse é o fato e bem fariam as autoridades competentes se sobreestimassem isso. A recomendação seria, até, a de anulação dessas escrituras através de ação civil pública.

O caso é apaixonante e reclama a intervenção da autoridade, inclusive, para reverter esse quadro, onde empresas comerciais agem como se a coisa pública fosse produto de prateleiras.

Há um leque de certidões e estas serão analisadas melhor em outras oportunidades.

Consta, inclusive, que há todo um disfarce na compra e venda desses títulos.

14 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

A violência mora ao lado

**41% dos brasileiros
conhecem homem
que foi agressivo
com mulher**

Políticas públicas destinadas às mulheres têm se voltado cada vez mais para a violência doméstica. Ao mesmo tempo em que há avanços, ainda existem muitos casos de mulheres que sofrem agressões físicas e morais de seus parceiros ou ex-companheiros. Mas o que os homens acham sobre a violência contra a mulher e como se portam diante disto? Uma pesquisa feita entre agosto e setembro deste ano pelo Instituto Avon, em parceria com o Data Popular, responde estas questões. A publicação Percepções de Homens Sobre a Violência Doméstica contra a Mulher indica que 41% dos brasileiros conhecem um homem que já foi violento em alguma oportunidade com alguma mulher.

O levantamento ainda aponta que 16% dos homens reconhecem que já cometeram algum tipo de violência com a atual ou a ex-companheira. Isto significa uma população de 8,8 milhões de brasileiros. Mas ainda há milhares que homens que não fizeram o mesmo. A pesquisa também mostra percepções contraditórias dos homens sobre a violência contra a mulher. Os dados apontam que 92% dos homens são favoráveis à Lei Maria da Penha, mas 35% admitem que desconhecem (totalmente ou parcialmente) a legislação. Além disto, 37% acreditam que a aprovação da Lei Maria da Penha fez com que as mulheres passassem a desrespeitar os homens.

A percepção dos homens sobre o que é ou não agressão também é revelada na pesquisa. A maioria dos homens não concorda que a mulher procure a Delegacia da Mulher nos casos de xingamentos, empurrões, humilhações em público, impedimento de sair de casa, ameaças verbais e quando ela é obrigada a fazer sexo sem consentimento. Segundo o levantamento, 53% dos homens apoiam a ida à delegacia quando são arremessados objetos contra as mulheres; 60% concordam em casos de tapas; 77% entendem quando há socos; e 88% dos homens apoiam a denúncia quando ocorrem ameaças com armas.

A pesquisa ainda mostra que a maior parte dos homens agressores (75%) sofreu violência física quando eram crianças. Entre os entrevistados, 46% apanharam do pai e 48% da mãe. Eles também indicaram que não possuem o pai como exemplo de carinho. Para 60% dos homens, o pai era a figura mais brava da família. Os homens apontaram que falar sobre os problemas e dar carinho são comportamentos típicos das mulheres.

14 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Policial absolvido de furto de caminhão

O ex-investigador da Polícia Civil, Eyrimar Fabiano Bortot, 38 anos, condenado no ano passado pelo furto de um caminhão, ocorrido em 2009, conseguiu provar sua inocência e foi absolvido pela Justiça, no mês passado. Por conta da condenação, ele foi demitido da Polícia Civil. Agora está confiante que, no ano que vem, conseguirá retornar à instituição.

Logo após a condenação, o advogado do policial, Elias do Amaral, entrou com recurso junto à 8.ª Vara Criminal. Suas argumentações convenceram o juiz que o investigador não tinha participado do suposto furto. A Justiça inocentou Eyrimar pela inexistência dos fatos, e não inexistência de provas, como frisou o defensor.

Diante da decisão, o advogado entrou com um mandado de segurança, para que Eyrimar volte à Polícia Civil. O defensor já tem em mãos parecer favorável da Procuradoria Geral da Justiça para que isso aconteça e aguarda somente que o recurso seja julgado, o que deve acontecer no ano que vem. "O retorno dele à Polícia é certo. Só aguardamos o julgamento", garantiu Elias.

16 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ EM LIBERDADE

Ex-delegado geral foi liberado do Cope na madrugada de domingo

O ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinícius Michelotto, que estava preso desde a terça-feira da semana passada em uma cela especial no Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), Hauer, foi solto à meia-noite de domingo. Ele saiu do Cope direto para sua residência e não deu declarações. Segundo Rodrigo Sanchez Rios, advogado de Michelotto, durante o domingo, ele e o advogado Marlus Arns de Oliveira, conversaram com o ex-delegado-geral para definir se haverá coletiva de imprensa hoje.

Michelotto é suspeito de envolvimento com o jogo ilegal que ocorria em uma casa de três andares e de suítes luxuosas no Parolin, que ficou conhecida como a "Mansão Cassino". O local foi estourado em janeiro do ano passado, por policiais civis que fizeram a ação sem a liderança de um delegado. Foram encontrados indícios de prostituição e apreendidas 40 caça-níqueis, além de fotografias de políticos. Todo o material foi levado para o 2.º Distrito Policial.

Porém, no mesmo dia, os policiais envolvidos na ação foram classificados pela corporação como "milicianos", e na sequência sofreram medidas disciplinares. Alguns, que eram membros de grupos de elite, foram transferidos para delegacias menores.

Na tarde de sábado, Michelotto prestou depoimento na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), e negou explorar jogos ilegais.

14 DEZ 2013

CARTA CAPITAL

Contra o abuso das togas

JUSTIÇA O novo presidente do TRE carioca promete combater os privilégios na Corte

POR MARCELO AULER

A POSSE DO desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto, no dia 2, na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, significou mais do que uma simples mudança de comando da Corte. Na verdade, Garcez parece disposto a dar uma guinada nos hábitos do TRE carioca. E promete fazê-lo sem se incomodar em atingir seus dois antecessores, os desembargadores Leticia Sardas (janeiro a novembro de 2013) e Luiz Zveiter (fevereiro de 2011 a janeiro de 2013). Ao contrário. Segundo comentam advogados, servidores e mesmo alguns dos juizes do tribunal, o novo presidente seria capaz de provocar uma verdadeira devassa nas administrações anteriores.

Desde sua nomeação para uma vaga no tribunal, em fevereiro, Garcez trava feroz luta com Sardas, eleita presidente em uma disputa antecipada por Zveiter e encarada como uma manobra para evitar a candidatura do atual presidente do tribunal. Embora fosse ficar no cargo até fevereiro de 2013, quando deixaria o tribunal, Zveiter fez a eleição da substituta em 10 de dezembro de 2012, uma semana antes de o Tribunal de Justiça escolher Garcez para a sua vaga. Garantiu assim a eleição de uma sucessora de sua total confiança.

Garcez assumiu uma cadeira no TRE fluminense com críticas à manobra de Zveiter. Pela lei, a eleição só deve acontecer quando dois desembargadores estiverem aptos a concorrer. Respalado nessa regra, impetrou um mandado de segurança no próprio tribunal. “Ninguém pode usurpar a presidência do Tribunal Regional Eleitoral acreditando que uma ovação estridente, uma aclamação, própria das ribaltas, seja suficiente para legitimar investidura de tal relevo e responsabilidade. Portanto, a anunciada posse não passa da socialização de uma farsa urdida por razões

pouco republicanas, ofensivas à Constituição da República e ao Estado Democrático de Direito”, expôs na inicial.

O mandado azedou o clima no tribunal. O julgamento só ocorreu em 27 de novembro, dois dias antes de expirar o período de Sardas no tribunal. Venceu a tese de Garcez, por 4 votos a 0, coincidentemente o mesmo número de magistrados novos que não participaram da eleição em dezembro. Para não incorrer no erro por ele criticado, Garcez só realizou nova eleição após a posse do substituto da ex-presidente, o desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos. Como este não concorreu, venceu por unanimidade.

O desembargador tem personalidade forte. Profundo conhecedor do Direito e homem avesso às badalações – “a era da autopromoção acabou”, anunciou –, não fala com jornalistas, mas, ao se manifestar no plenário, não perde a oportunidade de alfinetar os antecessores. Como fez ao anunciar que agora “a prioridade é do plenário sobre o exercício imperial, que eu não pratico. Sou contra e faço tudo para que não ocorra”. Referia-se à designação sem consulta aos pares de juizes e servidores para os cargos. Promete ouvir mais os colegas durante a sua gestão.

Em paralelo à briga pela anulação da eleição, Garcez atacou seus antecessores por conta da construção de um novo prédio decidida na gestão de Zveiter. Trata-se de um edifício de 18 andares, com quatro subsolos e um heliporto, incrustado na Avenida Presidente Vargas, principal artéria do centro da cidade, ao lado do Hospital Escola São Francisco de Assis, que por seu valor histórico é tombado pelo Iphan.

Zveiter empenhou-se no projeto. Em Brasília conseguiu mais de 90 milhões de reais para essa construção. Da prefeitura, obteve o aumento do gabarito na área.

Em tempo recorde, ganhou da então superintendente do Iphan, Cristina Lodi, a licença necessária, apesar dos pareceres contrários de técnicos do instituto. O primeiro revés ocorreu por força do Tribunal de Contas da União. Em 2012, o TCU solicitou a anulação do primeiro edital ao detectar um sobrepreço de 9%. Refeito o edital, fez-se a licitação, apesar da falta de um projeto executivo.

O primeiro a contestar a obra foi o advogado Mauricio Schirmer, por meio de uma ação popular na 8ª Vara Federal. Alega ameaça ao histórico prédio do hospital. Garcez, sem convencer Sardas a levar o assunto ao plenário, recorreu ao Conselho Nacional de Justiça contra o início da construção sem o projeto executivo, mas não conseguiu uma liminar para interromper a construção.

Schirmer entende, porém, que sua iniciativa levou o novo superintendente do Iphan, Ivo Barreto, a rever a decisão e condicionar a retomada da obra à elaboração de um novo projeto. O instituto não mais permitirá um prédio de 60 metros de altura, cerca de 20 andares, e limitou a construção a 18 metros e meio, ou seis pavimentos.

A decisão agradou ao presidente do TRE. Nenhum centavo a mais, anunciou Garcez, será aplicado no prédio que já consumiu 12 milhões de reais. “Trata-se do buraco mais caro do mundo” alfinetou. O buraco atingiu, porém, o lençol freático e é preciso revesti-lo de concreto para não pôr em risco o hospital escola.

CONTINUA

14 DEZ 2013

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

A contenção de despesas não para por aí. As viagens pagas pelo tribunal estão suspensas e os servidores estão proibidos de usar carros oficiais. Segundo uma relação obtida a duras custas pelo corregedor Alexandre de Carvalho Mesquita em abril, Sardas tinha dois veículos à sua disposição. E, de outros quatro veículos modelo Vectra, três estavam irregularmente à disposição de servidoras ligadas a seu gabinete. No entender do CNJ, só juízes têm direito a carros.

Letícia Sardas não respondeu aos pedidos de entrevista. Zveiter garantiu que sua administração foi transparente. “É mais uma briga focada na desembargadora que me sucedeu. Na minha época não teve viagem nem gasto desnecessário. Todos os gastos foram feitos dentro da previsão orçamentária para a eleição.” Quanto ao prédio novo, afirma: “Está tudo certinho. Na época, fui ao governo federal, conseguimos a verba. Aquele prédio ali continua uma pocilga, aquilo ali nem elevador funciona. Os funcionários não têm lugar para ir ao banheiro. Enfim, fiz a minha parte”.

Assim **Bernardo Garcez** define as obras paradas da nova sede da Corte: “O buraco mais caro do mundo”

Na mira, as gestões de **Luiz Zveiter e Letícia Sardas**. Zveiter se defende: “Na minha época não teve gasto desnecessário”

14 DEZ 2013

CARTA CAPITAL

Justiça/ Suprema antecipação

O STF legisla sobre doações de campanha antes do Congresso

A JUSTIÇA MAIS uma vez se adianta ao Legislativo em uma questão relativa a regras eleitorais. O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar na quarta-feira 11 uma ação em defesa da proibição de doações de empresas em campanhas. A proposta elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defende que pessoas jurídicas, ao não possuírem status de cidadãos, não podem participar do processo político-eleitoral. Se aprovada, a medida estabelecerá também um teto para contribuições de pessoas físicas. Até o momento, votaram os ministros Luiz Fux, relator da ação, Joaquim Barbosa, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso, todos favoráveis à proibição. O ministro Teori Zavascki preferiu entrar com um pedido de vista do processo, o que deve adiar a decisão para o próximo ano. Mesmo assim, o limite pode valer a partir das eleições de 2014. De acordo com o voto de Fux, as regras para financiamento de campanha podem ser definidas até junho de 2014 pelo TSE.

16 DEZ 2013

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Maioridade penal. Uma visão lúcida

*Jônatas Pirkiel

Muito se tem discutido sobre a redução da maioridade penal, entendendo que isto eliminaria, ou ao menos, reduziria o índice de crimes praticados por **menores infratores**. Este equívoco foi evidenciado pelo jurista Juarez Tavares, ao participar dos eventos alusivos aos 25 anos do Tribunal Superior de Justiça.

"...O encarceramento de adolescentes envolvidos em atos violentos "não irá implicar a diminuição do número de infrações, irá apenas satisfazer sentimentos de vingança... Para menores infratores, sugiro mais assistência, mais educação, mais recuperação, mais estatuto e menos Código Penal..."

Para demonstrar a exploração da violência juvenil e que esta não reflete a realidade e também não é maior que em outros países do mundo, Juarez Tavares apresentou um estudo feito pelo boletim criminológico pro-

duzido pela Universidade de Málaga, na Espanha, chamado "Observatório criminológico". Onde se observa que em todas as partes do mundo a criminalidade de menores não é significativa como se quer dar a impressão.

"...No Brasil, por exemplo, inclusive com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a relação do número de infrações e o número da população juvenil é de 0,5%, o que corresponde a 10% da criminalidade geral. Índice inferior ao da Alemanha, que está em torno de 14%"...". Para o jurista: "...apesar de todos os esforços de programas com modelos punitivos, o resultado que se tem obtido é a formação de delinquentes e não a recuperação... Antes de qualquer modificação legislativa, é fundamental que se invista em programas de acompanhamento de crianças e adolescentes", defendeu. Para ele, o combate à criminalidade juvenil está mais ligado a uma efetiva atuação do estado, da

família, da escola e da sociedade do que a modelos punitivos, que só têm aumentado a violência..."

Este tipo de entendimento, que pode contribuir muito para a reflexão sobre o tema, de grande complexidade, não tem o destaque da imprensa como deveria ter, de forma a impedir que a sociedade forme uma convicção que não está respaldada na realidade... Pois como destacou Juarez Tavares: "...o juízo de imputabilidade deve atender para as condições reais de subsistência dos imputados, como suas relações de vida, influências, quadro de valores, marginalização social, inserção prematura no mercado de trabalho e, principalmente, as condições oferecidas para garantir estabilidade e formação da personalidade..."

* O autor é advogado criminalista
(Jônataspirkiel@terra.com.br)

16 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Pauta carregada

Os deputados estaduais iniciam a última semana de trabalho antes do recesso de fim de ano, hoje, com uma pauta de votação de 60 projetos. A lista inclui a proposta do governo de criação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (Funeas-Paraná), entidade com personalidade jurídica de direito privado para gerir contratações e serviços de saúde.

Saúde

O projeto permite a contratação de médicos e profissionais de saúde através de testes seletivos, sem a necessidade de concurso público. Com isso, evita que essas contratações extrapolem o limite de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Modelo

A proposta que prevê a criação da fundação seria permitir ao governo contratar médicos e outros profissionais da saúde pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não como servidores estatutários. Com isso, a folha do Estado não será oficialmente comprometida. A liderança do governo alega que o modelo de contratação terceirizada já é feita pelo governo federal, comandado pelo PT, e por outros estados.

Funrejus

Os deputados também votam projeto do Tribunal de Justiça, que trata do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O texto mantém a alíquota de 0,2% nas transações imobiliárias, fixando como teto máximo de cobrança, entretanto, o dobro do valor máximo das custas fixado no Regimento de Custas (R\$ 1.822,88). O TJ afirma que as isenções já previstas na legislação permanecerão em vigor. Cita como exemplo os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos com área construída de até 70 metros quadrados, destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família.

Desaposentação

O prazo de dez anos para a decadência na revisão de benefícios da Previdência não se aplica nos casos de "desaposentadoria". O entendimento é da 1ª Seção do STJ.

Ordem

Ex-juiz classista não tem direito a dispensa de prestar o Exame da OAB para obter sua inscrição. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

Condenação

Em atenção ao princípio da presunção da inocência, candidato a cargo público não pode ser excluído de concursos por ter registro de infração penal, mas sem condenação definitiva. O entendimento é do ministro do STF, Celso de Mello.

Um crime

O crime de uso de documento falso, previsto no Código Penal, absorve o crime de dirigir sem habilitação do Código de Trânsito. O entendimento é da 4ª Câmara Criminal do TJ do Rio Grande do Sul.

Cadastro

Os Bancos não podem mais cobrar de seus clientes a denominada "tarifa de renovação de cadastro". A taxa foi julgada abusiva pela 2ª Câmara Cível do TJ do Rio de Janeiro.